

UFSM

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**O PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA
(PSDB): HISTÓRIA, PROGRAMA, DESEMPENHO
ELEITORAL E AUTO-REPRESENTAÇÕES (1988 – 2002).**

SANDRO RONALDO TURRA

PPGPPB

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro**

Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Monografia de Especialização

**O PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA
(PSDB): HISTÓRIA, PROGRAMA, DESEMPENHO
ELEITORAL E AUTO-REPRESENTAÇÕES (1988 – 2002)**

Elaborada por
Sandro Ronaldo Turra

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

COMISSAO EXAMINADORA:

**Reginaldo Teixeira Perez
(Presidente/Orientador)**

**Marisa Oliveira Natividade
-Membro-**

**Luís Gustavo Mello Grohmann
-Membro-**

**Santa Maria, RS, Brasil
2004**

**O PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA
(PSDB): HISTÓRIA, PROGRAMA, DESEMPENHO
ELEITORAL E AUTO-REPRESENTAÇÕES (1988 – 2002)**

por

SANDRO RONALDO TURRA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Pensamento
Político Brasileiro, da Universidade Federal de Santa Maria (RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

PPGPPB

Santa Maria, RS, Brasil

2004

“Imagino, então, uma sociedade na qual todos, considerando, a lei como obra sua, ter-lhe-iam amor e a ela se submeteriam de bom grado; uma sociedade na qual, por ser a autoridade do governo respeitada como algo necessário e não de natureza divina, o amor que se demonstraria ao chefe de Estado não seria jamais uma paixão, mas um sentimento racional e tranqüilo”

(Aléxis de Tocqueville)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus pela força invisível
que sempre recebo nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez pela serenidade, pelo apoio e
pela orientação precisa e tranqüila. Este, mais que um orientador: um amigo.

Aos professores do curso e funcionários que nos cafés e jantares, enriqueceram
através das discussões, o meu conhecimento.

Aos amigos e colegas que compartilharam comigo algum
momento desse caminho.

Um agradecimento especial a meus familiares, pelo apoio e incentivo,
que sempre recebi deles.

Ao professor Ms. Eduardo Velleda, por ter me concedido
o prazer de sua amizade.

Por fim, deixo meus sinceros votos de agradecimento ao Prof. João Gilberto
Lucas Coelho, pessoa, que não mediu esforços para que este trabalho tivesse êxito
e pudesse ser desenvolvido da melhor maneira possível.

Muito obrigado!

SUMÁRIO

Sumário	vi
Índice de Quadros	viii
Índice de Figuras	x
Glossário de Siglas	xi
Resumo	xii
Introdução	13
Capítulo 1 – Partido Político: esboço de uma definição	15
1.1 – As bases, os motivos e a “necessidade” dos partidos políticos, segundo a concepção dos autores estudados	15
Capítulo 2 – A Gênese do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	27
2.1 – As dificuldades na condução do Plano econômico Cruzado no período do Governo Sarney: aprofundamento das divergências internas no PMDB	27
2.2 – O final do Regime Militar e os primeiros momentos do governo Civil	30
2.3 – PMDB: as indefinições ideológicas acentuadas durante os trabalhos da ANC.....	34
2.4 – A transição do Regime Militar para a abertura política de 1985: primeiro a negociação (os dedos), depois o impasse (as mãos).....	37
2.5 – O PMDB se divide: estava surgindo o PSDB.....	43
Capítulo 3 – O Programa partidário peessedebista	49
3.1 – A fundação do PSDB	49
3.2 – Destaques do Programa partidário tucano.....	51
Capítulo 4 – O Desempenho político-eleitoral do PSDB: de sua fundação até o pleito eleitoral de 2002	58
4.1– A “performance” eleitoral tucana nas eleições para as Prefeituras e Câmaras Municipais.....	58
4.2 – O PSDB em seu desempenho para a Câmara Alta do país	71

4.3 – A composição do PSDB para a Câmara Federal, desde a sua fundação até 2002, bem como, o perfil ocupacional dos eleitos.....	75
Capítulo 5 – O PSDB visto por ele mesmo	85
Considerações Finais	93
Referências Bibliográficas	96

INDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Número de eleitores brasileiros no ano de 1988, apresentados por regiões.....	59
QUADRO 2 – Número e percentual de eleitores, no ano de 1988, nas cidades de Belo Horizonte, Contagem e Bauru	61
QUADRO 3 - Demonstração de eleitores e percentuais do ano de 1988, discriminados entre capital e interior, nos estados de São Paulo e Minas Gerais.....	62
QUADRO 4 – Resultado dos Prefeitos Eleitos em 1988 apresentados por Estados e Partidos.....	63
QUADRO 5 – Resultado dos Vereadores Eleitos em 1988 apresentados por Estados e Partidos.....	64
QUADRO 6 – PSDB/ELEIÇÃO 1992 (RESUMO).....	66
QUADRO 7 – Prefeitos e Vereadores Eleitos em 1996, por Partido.....	68
QUADRO 8 – Número de Prefeituras e Câmaras de Vereadores, conquistadas e perdidas pelo PSDB, nas eleições municipais de 2000.....	69
QUADRO 9 – Prefeituras, votos e percentuais conseguidos pelo PSDB, nas eleições para os executivos municipais de 2000.....	71
QUADRO 10 – Primeira composição do PSDB no Senado Federal.....	72
QUADRO 11 – Composição do PSDB No Senado Federal/1994.....	73
QUADRO 12 – Composição do PSDB no Senado Federal, após a eleição de 1998.....	74
QUADRO 13 – Composição do PSDB no Senado Federal, na 51ª Legislatura (2003 – 2007).....	75
QUADRO 14 – Primeira composição do PSDB na Câmara dos Deputados.....	76
QUADRO 15 – Perfil ocupacional do PSDB, na Assembléia Nacional Constituinte (Junho/1988).....	77
QUADRO 16 – Perfil Ocupacional da Câmara dos Deputados eleita em 1990 por Partido.....	79

QUADRO 17 – Perfil Ocupacional da Câmara dos Deputados eleita em 1994, por Partido (em %)	80
QUADRO 18 – Eleitos, número de votos nominais e na legenda para Deputados Federais do PSDB (eleição de 1988)	82
QUADRO 19 – Perfil ocupacional dos Deputados Federais eleitos no pleito de 1998, por Partido (em %)	84

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 01 - Eleitores por região, no ano de 1988	60
FIGURA 02 – Número de votos nas Capitais que o PSDB conquistou no Ano de 1996, para Prefeito	67

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

EUAEstados Unidos da América
PSDBPartido da Social Democracia Brasileira
PMDBPartido do Movimento Democrático Brasileiro
ARENAAliança Renovadora Nacional
PDSPartido Democrático Social
MDBMovimento Democrático Brasileiro
ANCAssembléia Nacional Constituinte
MUPMovimento de Unidade Progressista
ILAMInstituto Latino Americano
PFLPartido da Frente Liberal
PDTPartido Democrático Trabalhista
PTBPartido Trabalhista Brasileiro
PPPPartido Popular Progressista
PRDPartido da Renovação Democrática
TSETribunal Superior Eleitoral
CGCCadastro Geral de Contribuintes
SIEESetor de Informações Eleitorais e Estatísticas
UFUnidade de Federação
PSBPartido Socialista Brasileiro
PTPartido dos Trabalhadores
PPRPartido Progressista Renovador
FHCFernando Henrique Cardoso
USAEstados Unidos
SDSSocial Democracia Sindical
PPBPartido Progressista Brasileiro

Resumo

O presente trabalho trata do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sua história, seu Programa Partidário, sua evolução eleitoral e uma auto-representação elaborada por 4 gaúchos, integrantes do ninho tucano. O período compreendido deste trabalho está situado entre os anos de 1988 (fundação do Partido tucano) e 2002 (último pleito eleitoral do país). O estudo está dividido em 5 capítulos, tais sejam: Partido Político: esboço de uma definição; A Gênese do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), este com mais 5 subcapítulos; O Programa partidário tucano, também dividido em mais 2 partes; O Desempenho político-eleitoral do PSDB: de sua fundação até o pleito de 2002, subdividido em mais três itens e por fim, O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) visto por ele mesmo. Uma análise do ninho tucano é a proposição principal deste trabalho, que está estruturado basicamente na obra de MARQUES & FLESCHER (1998). Além disso, contempla, de forma geral, o estudo das características formadoras dos Partidos Políticos; a transição do Regime Militar de 64 para a abertura política de 1985; a crise interna do PMDB que acabaria por dividir-se e ser a célula mãe do PSDB são assuntos, também evidenciados neste estudo. Objetiva-se, ainda, ao longo do desenvolvimento do tema, deixar espaço para algumas reflexões sobre os verdadeiros motivos e interesses dos partidos políticos.

Introdução

O bipartidarismo estabelecido no país, após a instalação do Regime militar de 1964 “obrigou” grupos com pensamentos distintos a colocarem-se em um mesmo lado político.

A Emenda Constitucional nº 25, de 1985, liberando a criação de partidos políticos, inclusive dos que haviam sido dissolvidos, permitiria um período de proliferação partidária no país. Deste modo, com a “liberdade” para a criação do que se convencionaria chamar de *Partidos Políticos* no Brasil, onde de um lado situavam-se os representantes da ARENA (partido do governo) e de outro os do MDB (os opositores ao regime), apareceria toda a diversidade e fragilidade de idéias/ideologias entre os políticos brasileiros.

É neste contexto brasileiro, do surgimento de várias siglas partidárias e do conseqüente aglutinamento de posições ideológicas semelhantes, bem como, de um realinhamento de forças políticas, que nasceria o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Oficialmente surgido no ano de 1988, o PSDB apresenta como ponto principal para o seu nascimento, as divergências internas do PMDB durante os trabalhos da ANC.

Em face disso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), destacando sua história, seu Programa Partidário, seu desempenho eleitoral e uma visão auto-representativa do Partido.

Para isto, utilizaram-se leituras bibliográficas pertinentes ao tema, informações do Tribunal Superior Eleitoral, do Senado e da Câmara Federal, da página eletrônica do próprio PSDB e entrevistas, em forma de questionário, com integrantes do ninho tucano no Rio Grande do Sul.

Divide-se este estudo sobre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 5 capítulos. O primeiro intitulado: *Partido Político: esboço de uma definição*, traz uma análise de alguns autores sobre a fundamentação do termo

“Partido”. Pretende este capítulo demonstrar as dificuldades que existiram para a aceitação deste termo como algo não pejorativo, ao Estado Democrático.

No segundo capítulo, nomeado *A Gênese do Partido da Social Democracia Brasileira*, buscam-se as razões que deram origem ao partido social-democrata brasileiro. As dificuldades na condução do Plano Cruzado; o final do Regime Militar de 64; as indefinições ideológicas no PMDB, durante os trabalhos da ANC e o surgimento do PSDB, também estão abordados e discutidos neste capítulo.

O capítulo 3, *O Programa partidário tucano*, propõe-se a discutir os pontos que consideramos principais do programa partidário do PSDB. Enfatiza-se aqui, a primeira Executiva do Partido, com a data oficial de fundação dos tucanos.

O Capítulo 4, que tem como título *O desempenho político-eleitoral do PSDB: de sua fundação até o pleito de 2002*, destaca a evolução tucana, principalmente, as eleições para Senadores, Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores. Neste capítulo, também se estuda a ocupação profissional dos tucanos eleitos para a Câmara dos Deputados.

No Capítulo 5, que se denomina *O partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) visto por ele mesmo* busca, através de entrevistas em forma de questionário, ter uma visão do PSDB na ótica de seus próprios representantes. São utilizadas 4 entrevistas/questionário, respondidas por gaúchos integrantes do Partido.

Para a análise do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), visto o tema ainda ser muito pouco debatido foram utilizados, basicamente, os autores MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David Verge, e seu livro, *PSDB: De facção a Partido* (1988).

Neste estudo, através principalmente dos autores citados, e das entrevistas realizadas, é possível considerar o PSDB um partido altamente pragmático, com um precioso nível de intelectualidade e, sobretudo, profundamente apegado ao fortalecimento das instituições e aos conceitos democráticos.

CAPÍTULO 1 – Partido Político: esboço de uma definição

Neste capítulo, propor-se-á a discussão de um esboço sobre a definição do vocábulo “partido”, palavra que estaria definitivamente integrada ao cenário do mundo político europeu, a partir do final do século XVIII, início do século XIX.

1.1 – As bases, os motivos e a “necessidade” dos partidos políticos, segundo a concepção dos autores estudados.

Inicia-se este trabalho citando BENEVIDES (1981), para quem atestar uma definição conclusiva e definitiva sobre partido, seria uma “tarefa tão árdua quanto temerária, nesse campo cada vez mais vasto, onde o ideal de clareza se confunde com a sedução da ambigüidade” (BENEVIDES, 1981, p. 93). Para ela, o que parece ser mais sensato e, portanto, menos perigoso, é definir o “não-partido”, ao invés, de procurar definir-se o que de fato significa “partido político”.

Para reforçar seu posicionamento, BENEVIDES (1981), socorre-se em conceitos de LaPalompara, a qual, cria alguns critérios, para definição do que a mesma entende estar dentro das lógicas, que podem identificar um “partido político”.

Assim, LaPalompara, apud Benevides (1981, p. 93-94), acredita que a representação pode ser considerada um “partido” e não apenas uma “facção”, um grupo parlamentar, grupos de pressões, ou, simplesmente, “clubes políticos”, se estão presente determinadas características. Isto ocorreria, então, quando aparece evidenciado como núcleos formadores os seguintes aspectos: organização durável que supera o mandato dos seus fundadores ou chefes; organização extensa, abrangendo a esfera federal, até as esferas locais; objetivo deliberado para o exercício do poder e, finalmente, a busca incessante do apoio popular, quer seja no simples apelo do voto, ou em uma investida mais consistente, para fortalecer o quadro partidário através de militantes permanentes e defensores do programa partidário.

Então ao considerar-se como verdadeira e correta esta visão de LaPalompara¹, pode-se afirmar que os partidos modernos², surgem com um relevante papel dentro da sociedade mundial contemporânea. Este ponto, a relevância dos partidos políticos, torna-se comum entre os pesquisadores da área na medida em que todos concordam, ou pelo menos, a grande maioria daqueles que privilegiam como análise o sistema político, que os “partidos” servem para diminuir as tensões sociais, situando-se como uma espécie de mediadores entre a sociedade civil e o Estado, aqui representado pelo governo, que a própria sociedade concordou em constituir, abandonando o Estado de Natureza³.

Para os autores que privilegiam a análise do sistema político, um partido é visto, também como canal de expressão de interesses e encaminhamento de demandas (que agregam, selecionam e, eventualmente, deturpam). O partido assume assim, uma função expressiva e representativa. (...) a função expressiva pode ser também manipuladora na medida em que um partido pode formar e influenciar a opinião pública (BENEVIDES 1981, p. 94).

Em OPPO, quando esta busca complemento para seu posicionamento na teoria Weberiana, encontra-se a seguinte sugestão para definir Partido político:

(...) uma associação (...) que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais

¹ Benevides (1981, p. 93-94)

² VIANA, em seu capítulo no livro de SARTORI (1981, p.134 - 134), citando Weber, identifica como partidos modernos, aqueles, que vêm em substituição aos partidos de tipos aristotélicos, de notáveis e de organização burocrática. Os partidos modernos seriam, portanto, aqueles que possuem um programa homogêneo, uma organização de largo alcance, uma estabilidade e um funcionamento contínuo. “Sua distintividade resulta do fato paradoxal de terem tomado como paradigma a organização política das classes subordinadas: controle sobre os representantes, conformação de uma estrutura burocrática – nos sentido weberiano - , na composição das classes relativamente heterogêneas na fixação de um corpus de concepções doutrinárias” (.134).

³ “A vontade, a arte, o artifício desempenham um papel central no sistema de Hobbes. Para Aristóteles, o homem era naturalmente sociável, naturalmente cidadão (zoon politikon, animal político); a sociedade política, um fato natural. Estupidez, responde Hobbes: a natureza não colocou no homem o instinto de sociabilidade; o homem só busca companheiros por interesse, por necessidade; a sociedade política é o fruto artificial de um pacto voluntário, de um cálculo interesseiro” (CHEVALLIER, Jean-Jacques, 1900. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias / Jean-Jaques Chevallier**: prefácio, André Siegfried; trad. Lydia Cristina – 8 ed. /2. impr. Rio de Janeiro: Agir, 1999).

ou ideais, seja ‘pessoas’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente (OPPO apud BOBBIO, 1986, p. 898).

Por isso, os “partidos” compreendem formações sociais bastante distintas⁴, que surgem como tal, quando se concede ao povo o direito de participar na gestão do poder político, por isso nascem primeiro em países onde se adotou formas de Governo Representativo. Não que isto tenha necessariamente que ser um indicativo de formação de partidos, mas apenas que o modelo representativo é o sistema que possibilita a que embriões de associações civis, mais tarde possam estar evoluindo para uma participação política⁵ (OPPO, apud BOBBIO, 1986).

Em SARTORI (1982), também se encontram definições sobre o vocábulo “partido”. Este autor busca, através de uma viagem no tempo, refazer a trajetória das transformações que, segundo sua visão, teve início naquilo que se definiu primeiramente, como “facções”. Definiu ainda, com uma minuciosa linha do tempo, a afirmação da palavra “partido”, fazendo uma cuidadosa retrospectiva das passagens que em sua óptica, são as que melhor representam a transição da idéia de “facção” para “partido”. Etimologicamente falando, os dois vocábulos são provenientes da mesma língua, porém, apresentam entre si definições completamente diferentes.

A tensão sobre a definição do vocábulo “partido”, que segundo SARTORI havia se iniciado no século XVII e desenrolado-se durante todo o século XVIII, em grande parte do continente europeu, vai encontrar somente no século XIX, uma maior estabilidade entre os pesquisadores. Esta transição, em forma de definição, assim está descrita por Sartori:

⁴ Grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoais, cujas características comuns são as de se moverem na esfera do poder político, podendo compreender as formações partidárias. (OPPO apud BOBBIO, 1986, p. 899).

⁵ Sobre a questão da participação, OPPO (apud BOBBIO, 1986, p. 899) tem o seguinte a dizer: “Tal demanda de participação se apresenta de modo mais intenso nos momentos das grandes transformações econômicas e sociais, que abalam a ordem tradicional da sociedade e ameaçam modificar as relações do poder. É em tal situação que emergem grupos mais ou menos amplos e mais ou menos organizados, que se propõem agir em prol de uma ampliação da gestão do poder político a setores da sociedade que dela ficavam excluídos ou que propõem uma estruturação política e social diferente da própria sociedade”.

O termo ‘partido’, entrou em uso, substituindo gradualmente a expressão depreciativa ‘facção’, com aceitação da idéia de que um partido não é necessariamente um mal e que não perturba necessariamente o *bonum commune*, o bem estar comum. A transição de facção para partido foi na verdade, lenta e tortuosa, tanto no domínio das idéias como na dos fatos⁶ (SARTORI, 1982).

Retomando as idéias de OPPO apud BOBBIO 1986, esta atribui para além da Europa o surgimento dos “partidos”. Segundo a autora, os Estados Unidos da América também seria responsável pelo nascimento do que se conhece atualmente como “partido” político. A causa de tal situação, tanto nos EUA como na Europa, dar-se-ia devido a um novo momento político, que passa a ser vivido devido a afirmação da classe burguesa, além de passar a existir um maior difusão das instituições parlamentares. Nesta fase de transição/afirmação, destacar-se-ia a Inglaterra, país com as mais antigas tradições parlamentares, quando através da *Reform Act* de 1838 ampliaria o sufrágio, permitindo que as faixas sociais formadas por industriais e comerciantes pudessem, juntamente com a aristocracia, participar dos negócios públicos.

Assim, o embrião partidário teria surgido através “de associações locais promovidas por candidatos ao Parlamento ou por grupos de pessoas notáveis que tinham lutado pelo alargamento do sufrágio, ou algumas vezes, por grupos de

⁶ Em citação de LeGOFF, destaca-se a morosidade com que a mentalidade humana acompanha os acontecimentos. Parece-nos mister dizer que ao contrário do que a eletrônica permite-nos atualmente (ver os acontecimentos em tempo real) facilitando nossas opiniões e julgamentos, em outros tempos sequer possuíam, fontes de leituras escritas disponíveis ao grande público. Sobre isto, assim pronuncia-se LeGOFF, em tradução de Terezinha Marinho (1988, p. 72): “A história das mentalidades obriga o historiador a interessar-se mais por alguns fenômenos essenciais de seu domínio: as heranças, das quais o estudo ensina a continuidade, as perdas, as rupturas (de onde, de quem, de quando vem esse hábito mental, essa expressão, esse gesto?); tradição, isto é, as maneiras pelas quais se reproduzem mentalmente as sociedades, as defasagens, produto do retardamento dos espíritos em se adaptarem às mudanças e da inegável rapidez com que evoluem os diferentes setores da história. Campo de análise privilegiado para a crítica das concepções lineares a serviço histórico. A inércia, força histórica capital, mais fato referente ao espírito do que à matéria, uma vez que esta evolui freqüentemente mais rápido que o primeiro. Os homens servem-se das máquinas que inventam conservando as mentalidades anteriores a essas máquinas. Os automobilistas têm um vocabulário de cavaleiros; os operários das fábricas do século XIX, a mentalidade dos camponeses, seus pais e avós. A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história” (LeGOFF, 1988, p.72).

interesse” (OPPO apud BOBBIO 1986, p. 899). Esses grupos de pessoas eram aqueles que se reuniam principalmente em vésperas eleitorais, liderados por notáveis, aristocratas ou burgueses, provenientes da alta sociedade local. Os candidatos eram definidos pela cúpula política, visto ser esta quem financiava a campanha dos futuros candidatos. Não existia, porém, nesta primeira fase, ainda nenhum tipo de organização, quer fosse em sentido horizontal, quer fosse em sentido vertical. Aliás, este fato merece destaque em OPPO:

A sua identidade partidária assim como a sua expressão nacional se achava no Parlamento: era o grupo parlamentar do partido que tinha a função de preparar os programas eleitorais e escolher os líderes do partido. O poder do grupo parlamentar do partido, além disso, era acrescido do fato de que os deputados tinham um mandato absolutamente livre: não eram responsáveis por sua atividade política nem frente à organização que tinha contribuído para sua eleição, nem frente aos eleitores, mas, como se afirmava então, eles eram responsáveis ‘só diante da própria consciência’ (OPPO apud BOBBIO, 1986, p. 899).

A situação acima descrita por OPPO fora a que prevaleceu na Europa durante todo o século XIX, sendo denominado, segundo esta, conforme ficou conhecido na literatura sociológica, como período do “partido dos notáveis”, por sua composição social, ou, partido do “comitê” por sua estrutura organizativa, ou, de “representação individual” pelo gênero de representação que exprimia. Todavia seria perfeitamente possível afirmar, “que o ingresso da burguesia na vida política foi contra-assinalado pelo desenvolvimento de uma organização partidária com base no comitê e que enquanto o sufrágio foi limitado e a atividade política exclusivamente atividade parlamentar da burguesia, não houve mudanças na estrutura partidária” (OPPO apud BOBBIO, 1986, p. 899).

Entretanto, a partir do século XIX, com o desenvolvimento do movimento operário no continente europeu, o cenário político da época sinalizaria com os primeiros indícios de mudança. As grandes transformações econômicas e sociais, oportunizadas pelo crescente processo industrial, “levaram à ribalta política as massas populares cujas reivindicações se expressam inicialmente em movimentos

espontâneos de protesto, encontrando depois canais organizativos sempre mais complexos até a criação dos partidos dos trabalhadores” (OPPO apud BOBBIO 1986, p. 900).

Estaria, assim, perfeitamente definido o período das mudanças no cenário político europeu: século XIX.

É precisamente com o aparecimento dos partidos socialistas – na Alemanha em 1875, na Itália em 1892, na Inglaterra em 1900 e na França em 1905 – que os partidos assumem conotações completamente novas: um séquito de massa, uma organização difusa, e estável com um corpo de funcionários pagos especialmente para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático⁷ (OPPO apud BOBBIO 1986, p. 900).

Diante do exposto até aqui, torna-se possível considerar que em um primeiro momento, “facção” e “partido” foram confundidos pela grande maioria dos estudiosos sobre o tema.

Voltaire, apud Sartori (1982, p.23), indica o que segundo suas posições, pode ser identificado como facção. Segundo ele, “uma facção é um partido sedicioso quando ainda fraco, quando não participa [partage] de todo o Estado (...) e assim, a facção de Cezar tornou-se logo um partido dominante, que engoliu a República”.

Todavia, etimologicamente falando, “partido” e “facção” são provenientes da mesma língua. O Latim cede aos estudiosos do tema e a linguagem corrente, os dois vocábulos. Entretanto, semanticamente as duas palavras possuem significados opostos ou, talvez seria melhor dizer, não alinhados⁸.

Reforçando aqui o que já fora mencionado, ou seja, que a palavra partido não faz parte expressiva do vocabulário político até o século XVIII, pode-se ainda mencionar “que [o termo] não entra no discurso político diretamente do Latim”

⁷ Estas características correspondiam a exigências específicas dos partidos dos trabalhadores, quer por seus objetivos políticos a que se propunham, quer pelas condições sociais e econômicas das camadas populares a que se dirigiam.

⁸ Facção é uma palavra bem mais antiga, e, assim, como “partido, provém do Latim. No entanto, a primeira, vem do verbo *fatino facere* (que significa fazer, agir), enquanto, que a segunda, “partido”, passou a receber o significado de dividir. (SARTORI, 1982, p.24).

(SARTORI, 1982, p.24). Verifica-se que a predecessora mais antiga – da palavra Partido - com uma conotação etimologicamente muito semelhante é “seita”, palavra também de origem latina, que quer dizer *separar, cortar*, dando assim, um sentido semelhante ao de “partido”, o qual estaria indicando um sentido de “dividir”.

Tomando-se ainda como suporte teórico SARTORI, é possível caracterizar melhor a diferença entre “partido” e “facção”. Este, ao utilizar-se de Burke, assim relata:

O partido é um grupo de homens unidos para a promoção, pelo seu esforço conjunto, do interesse nacional com base em algum princípio com o qual todos concordam. Os fins exigem meios, os partidos são o meio adequado que permite a esses homens levar seus planos comuns à prática com todo o poder e autoridade do Estado (SARTORI 1982, p. 29).

Estava surgindo desta forma, a partir das primeiras definições de Burke, uma definição mais consistente do vocábulo “partido”. A partir de então, segundo as concepções burkenianas, os termos “facção” e “partido”, semanticamente, não mais poderiam ser confundidos.

Burke também é o primeiro a sugerir a idéia de divisão dentro da própria hierarquia política, ou seja, dentro do próprio seio governamental.

Em essência, portanto, com Burke o eixo da argumentação deu uma volta. Bolingbroke justificara o ‘partido’ apenas como a oposição (quando necessária) do país ao soberano inconstitucional. Burke, em lugar disso, colocou o ‘partido’ dentro do âmbito do governo, reconcebendo-o como uma divisão que já não se fazia entre súditos e soberano, mas entre soberanos. Havia, em sua época, um consenso sobre a constituição, mas pouco entendimento e consenso ainda menor quanto à maneira pela qual o governo constitucional devia ser conduzido, e por quem. Burke propôs que isso poderia caber aos partidos, desde que se tornassem partidos. Burke *propunha* – pois concebeu o ‘partido’ antes que este viesse a existir e, na verdade, lançou a *idéia* que ajudou os partidos a superarem as facções, com o correr do tempo (SARTORI 1982, p. 31).

No entanto, ainda muito tempo precisou passar para que a idéia de “partido” não fosse mais confundida com algo pejorativo, algo que pudesse “minar” o Estado, ou mesmo que pudesse interferir negativamente naqueles que fazem parte do próprio Estado. Vê-se, desta forma, o quanto a mentalidade humana demora para acompanhar os raciocínios individuais de mudanças.

O que Burke, no início do século XVIII, havia conseguido definir como bom em alguns casos, e extremamente necessário em outros, anos mais tarde, quando do advento da Revolução Francesa – 1789-1799 - os revolucionários de todos os grupos foram unânimes em criticar, e até em condenar⁹, ocasionando desta forma, um retrocesso no pensamento político da época, deixando para trás o fortalecimento das instituições políticas, principalmente, aquelas imbuídas da aceitação de idéias pluralistas.

BOUDON (1993) também deixa evidente que embora os partidos sejam obras de países que aceitem o pluralismo de idéias, na medida em que se agregam em torno dele, aqueles que possuem afinidades, sejam elas, por exemplo, de ordem social, econômica, de credulos. É relevante acrescentar que na tradição democrática, os partidos durante muito tempo foram assimilados a facções, o que significaria dizer, que se opunham à vontade da maioria.

Para SARTORI, quem teria obtido uma distinção perfeitamente clara entre “partido” e “facção” fora Burke. “Essa generosa luta pelo poder [do partido] (...) será facilmente distinta da luta mesquinha e interessada por cargos e emolumentos – sendo esta última uma excelente definição dos propósitos das facções” (SARTORI 1982, p. 29). Argumenta ainda SARTORI (1982, p. 29), utilizando-se de Burke, contra “os homens do rei”¹⁰, os quais questionavam suas afirmações, que, as

⁹ Os revolucionários franceses declaravam-se ‘patriotas’. Para eles, partidos e facções eram o mesmo que para Halifax, o Oportunista, um século antes, uma ‘conspiração contra a nação’. E talvez a principal lição a ser aprendida desse salto de volta ao estado de espírito inglês do século anterior é a de que os partidos pressupõem – a paz sob um governo constitucional, e não uma guerra interna que investe, entre outras coisas, contra o próprio estabelecimento de uma constituição” (SARTORI, 1982, p. 32).

¹⁰ Estes propagavam a doutrina de que ‘todas as ligações políticas são, pela sua própria natureza, facciosas’ (p.30).

ligações¹¹ em política, tornavam-se essencialmente necessárias ao pleno desempenho do dever público.

Assim, embora Burke, conforme destaca Sartori, ainda não possuísse naquele momento nenhuma teoria que pudesse servir de base para sua tese, estava lançando os pilares fundamentais para que mais tarde suas idéias pudessem servir na própria definição do vocábulo “partido”. Diante disso, é fundamental destacar que a definição sobre “partido” não se dera por decreto ou por imposição de filósofos, escritores, jornalistas, sociólogos, cientistas políticos, mas sim, por uma mudança lenta e gradual da mentalidade humana, na medida, em que esta, passou a compreender “que a diversidade e a dissensão não são necessariamente incompatíveis com a ordem política, nem necessariamente a perturbam” (SARTORI, 1982, p. 33/34).

Visto isto, é possível afirmar que os “partidos” somente obtiveram uma franca aceitação quando passaram a ser encarados como partes do todo, e não mais simplesmente como “partes”, situação em que eram vistos e definidos no período Iluminista.

Diante do exposto até aqui, torna-se interessante mencionar que é através das participações populares, intensificadas nos momentos de crise, proporcionadas por depressões econômicas e grandes abalos sociais, que é possível verificar a imersão de grupos mais ou menos organizados, os quais, “se propõem agir em prol de uma ampliação de gestão do poder político a setores da sociedade que dela ficavam excluídos ou que propõem uma estruturação política e social diferente da própria sociedade” (OPPO apud BOBBIO, 1986, p. 899), possibilitando em um espaço de tempo não tão longínquo, o surgimento de “partidos” políticos.

Nesta breve análise da definição de “partido político”, retoma-se o pensamento de BOUDON (1993). Este não acredita que os partidos políticos sejam reflexos de uma única classe, ou mesmo da própria classe dirigente.

¹¹ “Se a moderna idéia do partido foi primeiro identificada por Burke, o primeiro partido moderno tornou-se realidade, ainda que para desintegrar-se pouco depois, nos Estados Unidos sob a liderança de Jefferson” (SARTORI, 1982, p.33). Embora, esta situação criada por Jefferson, ainda estava um pouco longe, do que Burke entendia por “partido”.

Ressalta ainda as particularidades políticas de cada país, mesmo sendo estes países dotados de regimes políticos pluralistas.

BOUDON (1993) por sua vez, ressalta que para identificar um partido político, ou melhor, para classificá-lo como tal, é preciso “examinar as relações entre composição social, organização e estratégia”, devendo-se levar em conta para uma melhor caracterização de um partido político “a origem social dos eleitores, dos militantes e dos dirigentes” (BOUDON, 1993 p.429). Não apenas dos eleitores, o que poderia resultar em uma classificação distorcida, pois, conforme já se destacou, a imagem do reflexo não se apresenta em termos partidários como definição lógica.

Outro pensamento sobre o objeto de estudo deste capítulo se encontra em Joseph A. Schumpeter. No livro “*Capitalismo, Socialismo, Democracia*”¹², Schumpeter, tratando do tema *Democracia*, questiona a Doutrina clássica da Democracia, no momento em que esta não previa espaço para o reconhecimento do papel vital da liderança, atribuindo “ao eleitorado um grau totalmente irrealista de iniciativa, que praticamente equivalia a ignorar a liderança” (Schumpeter, 1961, p. 328).

Segundo o autor, é fundamental diferenciar métodos democráticos de liberdade absoluta. Para ele, em nenhuma doutrina existirá liberdade sem limites. “O método democrático não garante necessariamente maior medida de liberdade individual do que qualquer outro método, em circunstâncias semelhantes. Pode acontecer justamente o contrário” (Schumpeter, 1961, p.330).

Na Doutrina Clássica da Democracia, o método democrático deve permitir que os assuntos sejam decididos e a política formulada de acordo com a vontade do povo, não podendo negar que mesmo que essa vontade fosse inegavelmente real e definida, a decisão por simples maioria em muitos casos deturparia e jamais executaria esses desejos. “Evidentemente, a vontade da maioria é apenas a vontade da maioria e não a vontade do povo” (Schumpeter, 1961, p. 331). Em tempos de democracia, a principal função do eleitor é eleger o governo, ou em última instância, caberá ao eleitor escolher simplesmente aquele que terá a

¹² Capítulo 22: “Mais uma teoria de democracia – II A aplicação do princípio”.

incumbência de liderá-lo. Esta liderança deverá, segundo a visão Schumpeteriana, estar representada internamente nos partidos políticos, embora por vezes, estes – os partidos políticos – poderiam ascender ao poder sem líderes que os projetassem. Pode inclusive, permanecer no poder por algum tempo, contudo, “todos reconhecem que se trata de caso patológico e típico de uma das causas das derrotas políticas¹³”, e, acrescenta ainda o autor, que “faz parte da essência do governo democrático que os valores políticos contêm acima de tudo e a capacidade para o cargo apenas incidentalmente” (Schumpeter, 1961, p.334).

SCHUMPETER (1961), possui posição contrária a de Burke na definição de partidos políticos. Em sua análise, Partido político é a união de um grupo de pessoas que buscam ascender ao poder. Um Partido político, também se forma por “jogo de interesses”. Sobre isto, assim escreve:

O Partido não é, como nos queria convencer a doutrina clássica (ou Edmundo Burke), um grupo de homens que tenciona promover o bem-estar público baseado em algum princípio comum. Essa racionalização é muito perigosa justamente porque é muito tentadora. Em determinadas épocas, evidentemente, todos os partidos adotarão um conjunto de princípios e plataforma, que podem ser característicos do partido que os adota e importantes para seu sucesso como as marcas de mercadorias que uma loja de departamentos vende, são características suas e importantes para seu êxito. Mas a loja não pode ser definida em termos das marcas que vende, nem o partido definido em termos dos princípios que adota. O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível aos diversos partidos adotar exatamente, ou quase exatamente os mesmos programas. E isso acontece, como todos sabem. Partido e máquina eleitoral constituem simplesmente a reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o *estouro da boiada*. Representam, por conseguinte, uma tentativa de regular a luta eleitoral da maneira exatamente semelhante à que encontramos nas associações patronais de Comércio. A psicotécnica da administração e da propaganda partidária, *slogans* e marchas patrióticas não constituem, pois, acessórios, mas a própria

¹³ Joseph A. Schumpeter, 1961, p.332.

essência da política. Da mesma maneira, o chefe político (SCHUMPETER, 1961, p. 344).

Em última análise, segundo a visão schumpeteriana, os “Partidos Políticos” servem como um elo de ligação entre a sociedade organizada, o eleitor, e o círculo do poder.

Seguindo esta linha teórica, pode-se pensar então, que em sua essência todos os “Partidos Políticos” buscam o mesmo objetivo, que é exclusivamente o poder, unicamente pelo poder, para que, deste modo, possam colocar em prática as proposições programáticas do grupo que as criou.

CAPÍTULO 2 – A Gênese Do Partido Da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Este capítulo deter-se-á nos motivos que levaram a cisão peemedebista e o conseqüente nascimento do Partido da Social Democracia Brasileira.

2.1 – As dificuldades na condução do Plano econômico Cruzado no período do governo Sarney: o aprofundamento das divergências internas no PMDB.

Em reuniões que contaram com a participação de 1.178 pessoas, realizadas nos dias 24 e 25 de junho de 1988, foram amplamente debatidos os atos constitutivos do novo Partido, que nasceu sob a liderança de políticos de expressão nacional, dentre eles: o ex-Governador Franco Montoro; o Senador Mário Covas, ex-Líder da maioria na Constituinte; o Senador Fernando Henrique Cardoso, que renunciava à Liderança do partido majoritário no Senado, Afonso Arinos e o Senador José Richa. O Manifesto de fundação do PSDB foi subscrito por 40 Deputados e 8 Senadores (Fundação e Organização Provisória: site do PSDB, 22 de maio de 2003).

A transcrição acima, que se refere a história de fundação do PSDB, é a parte final de uma discordância iniciada no Governo do então Presidente José Sarney, quando a grande maioria dos fundadores do novo Partido ainda pertencia ao PMDB. Este era na ocasião, majoritário na Câmara e no Senado Federal.

Então, para se compreender a história do PSDB, é necessário buscar as raízes nas grandes divergências internas que sofreu o PMDB a partir do ano de 1986, mas principalmente nos anos de 1987 e 1988. Neste momento, a Câmara e o Senado Federal reuniriam-se em Assembléia Nacional Constituinte para construir uma nova Carta para o país.

Conforme João Gilberto L. Coelho (entrevista, 2003), um dos fundadores do Partido, as discordâncias internas no PMDB foram tamanhas que os próprios líderes partidários sentiram a necessidade de “arriscarem” suas reputações políticas na formação de uma nova sigla.

Para Coelho (entrevista 2003), esta situação em política pode ser considerada um tanto atípica, visto que “não é a minoria que sai, é a maioria que sai”. Tanto o Deputado Mário Covas, quanto o Senador Fernando Henrique Cardoso (futuros fundadores do PSDB), respectivamente líderes pelo PMDB na Câmara e no Senado Federal, possuíam a esmagadora maioria dos Constituintes ao seu lado.

As discordâncias internas no PMDB ressoaram maiores a partir do ano de 1986, devido a divergências na forma de condução da política econômica governamental.

O Plano Cruzado, carro chefe do governo peemedebista naquele momento, tornar-se-ia, com o passar dos meses, o grande “Cavalo de Tróia” para os apoiadores do bloco situacionista. As dificuldades internas cresceriam ainda mais quando o PMDB, após as eleições daquele ano, devido ao “sucesso” do Plano Cruzado, iria “inchar” consideravelmente. Diante disso, diziam os “históricos”¹⁴, “o Partido perdera a sua organicidade”.

Os “novos” egressos, oriundos principalmente da antiga ARENA, mais tarde, alojados no PDS, acabariam criando constrangimentos para os denominados “históricos”.

Na campanha eleitoral de 1986, quando dominava a euforia do Plano Cruzado, muitos ex-integrantes do PDS optaram pelo PMDB como veículo mais seguro para atingir a condição de Constituinte. O PMDB aumentou em muito sua ala conservadora com o fenômeno da infiltração em seus quadros de veteranos da ARENA/PDS que trouxe ao partido cisões no decorrer da Assembléia Constituinte (MARQUES & FLEISCHER 1998, p. 12).

No documento “Nascido para mudar o Brasil – A historia do PSDB”, encontrado na internet, no “site” do Partido, é possível verificar a contrariedade

¹⁴ Na concepção de João Gilberto L. Coelho, “históricos” são aqueles que formavam juntos a Frente contra o Regime imposto pelos militares ao povo brasileiro, através do Golpe de 64. Estes, os “históricos”, naquela fase, agruparam-se após a Lei do bi-partidarismo no MDB, ao contrário dos opostos, que, formaram a frente de sustentação ao regime, agrupando-se na ARENA. Mais tarde, após a abertura política e a liberdade de criação de Partidos Políticos, estas frentes deram origem a muitos partidos políticos.

que se instalou entre “históricos” e governo com relação à política econômica do governo Sarney no início do seu mandato. Diz o texto:

Em 1986, a decisão do governo Sarney de manter o Plano Cruzado de combate à inflação sem que se fizessem ajustes, necessários, mas impopulares no curto prazo, deu ao PMDB uma vitória arrasadora nas eleições legislativas e para governador – apenas um governador [o de Sergipe] não foi eleito pelo Partido. Isso fez com que o Partido ‘inchasse’ com muitos políticos que pouco tinham em comum com o grupo histórico. O fato foi percebido pela população, contribuindo para desacreditar os eleitos identificados com o governo. Foi nessa época que algumas das lideranças do grupo começaram a avaliar a possibilidade de criar um novo partido (Documento, Nascido para mudar o Brasil – A história do PSDB. Site do PSDB, 22 de maio de 2003).

Em entrevista com João G. Lucas Coelho¹⁵, as críticas quanto a forma de condução ao Plano Cruzado são reforçadas:

Porque que o Plano Cruzado não deu certo no Brasil. Porque houve uma reunião em Carajás, em que o Ministro da Fazenda disse para o Presidente da República e para o Dr. Ulysses, que eu quero tão bem, mas que errou nesse aspecto, disse: ‘olha, está havendo excesso de consumo, está virando um carnaval, caso nós não colocarmos o pé no freio, estoura. E disseram para ele: não antes da eleição. Quando ele foi colocar o pé no freio [já era tarde]. O PMDB não conseguiu nem comemorar. Eu lembro até aí na nossa região [mapa central do RS, liderado por Santa Maria] que nós tínhamos ganho à eleição e não conseguimos comemorar. O povo estava furioso. No dia seguinte a eleição, a situação econômica do Brasil se mostrou claramente, que o Plano tinha ido água abaixo, e veio a tempestade (Entrevista com João G. Lucas Coelho, abril, 2003).

¹⁵ O ex-Deputado Federal pelo PMDB era um dos considerados “históricos” do partido. Ingressara na política ainda no período da ditadura militar, quando fora eleito Deputado Federal pelo MDB do Rio Grande do Sul. Com pouco mais de 20 anos, formava dobradinha política com o atual Presidente Regional do PMDB gaúcho, Deputado Federal Cezar Augusto Schirmer, este, na época com a mesma idade de João Gilberto Lucas Coelho. Ambos foram ferrenhos defensores da democracia no período em que o país viveu sob o regime de exceção: 1964 – 1984.

A partir do “estouro” do Plano Cruzado, a tensão existente dentro do PMDB tomaria contornos irreversíveis.

2.2 – O final do Regime Militar e os primeiros momentos do governo Civil.

Passada as primeiras divergências políticas quanto à condução da política econômica do governo Sarney - mas nem por isso superadas, entre os “históricos” e o governo - no ano seguinte, 1987, viria a Assembléia Nacional Constituinte. Esta seria formada por uma maioria esmagadora de peemedebistas, graças, conforme já mencionado, ao “sucesso” do Plano Cruzado. A superioridade numérica peemedebista no Congresso Nacional fora de tamanho vulto que o Partido poderia ter dado à Carta máxima do País a sua própria “cara”. (Entrevista João Gilberto. Abril, 2003).

Iniciado os trabalhos constituintes, momento muito esperado pelo povo brasileiro, bem como pela classe política, acirrar-se-iam, ainda mais, os ânimos entre os autênticos e os fisiológicos – assim considerados pelos primeiros. Novamente surgiriam divergências entre os peemedebistas “históricos” e os adesistas do PMDB. Os primeiros agregar-se-iam durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 em torno de algumas idéias principais, tais como: 4 anos de mandato para o então Presidente Sarney e não 5 anos, como tentava conseguir o próprio governo e uma posição parlamentarista de governo, ao contrário do sistema presidencialista vigente e também defendido pelo grupo que apoiava Sarney. Estas, ao longo da ANC tornar-se-iam duas das principais bandeiras de luta dos dissidentes peemedebistas.

Os mais de 20 anos no regime de exceção (1964 – 1985) que o país acabara de passar, e, juntamente com ele, as dificuldades sociais, políticas e econômicas, haviam criado, na sociedade brasileira, uma falsa expectativa de profundas transformações. As reformas tão propagadas pelos opositores, agrupados em sua imensa maioria no MDB, necessitariam sair do discurso, pois a ânsia popular na melhoria das condições de vida era muito grande.

A retórica da oposição durante o regime militar, concentrada, principalmente, nos políticos do MDB, fora extremamente forte e dirigida. No início da década de 80, o período de exceção se encontrava em sua fase final e completamente desgastado. A economia do país já apresentava indícios de um grande colapso econômico e a sociedade brasileira começava a clamar por mudanças. As esperanças recaíam sobre o maior partido de oposição formado após o regime militar: o PMDB. Este, herdeiro direto do MDB, buscava se habilitar para a Nação como possibilitador de tais transformações. A inflação galopante, neste momento já “fugindo” do controle dos economistas do governo militar, seria o primeiro grande desafio para os eleitos da “Nova República”.

Em discurso proferido pelo Senador Pedro Simon, na Câmara Alta brasileira, é possível perceber a expectativa com a nova fase política, que logo se iniciaria. SIMON, a 14 de abril de 1985, assim se pronuncia em sua despedida do Senado Federal, quando, no mesmo ano, assumiria o cargo de Ministro de Estado da Agricultura no governo de José Sarney. Diz o Senador:

(...) Participando deste momento, com a nossa presença, queremos dizer que confiamos que, neste trabalho hercúleo que teremos que empreender, nós que, de certa forma vivemos esses 21 anos de um regime fechado, aprender a conviver com o regime aberto da democracia a viver e a conviver, vendo e sentindo os contrários, quer neste Parlamento, que no cenário do Executivo, com a imprensa dizendo, denunciando, conclamando e opinando, e nós marcharmos no debate permanente e constante das idéias para construir a nova sociedade. Uma democracia que haveremos de buscar, sem Lei Falcão. Uma democracia com eleições diretas, uma democracia com a presença do Congresso Nacional, uma democracia com autonomia do Legislativo, uma democracia com a volta da Federação e a Soberania dos Estados e Municípios. Uma democracia em que possamos, realmente, começar a fazer as transformações, no campo econômico e social (SIMON 2002, p. 519).

Assim, como no pensamento do Senador Pedro Simon, o PMDB na qualidade de “herdeiro mais direto do MDB”, na análise da grande maioria dos “históricos”, deveria realizar as propagadas e exigidas mudanças durante o regime

militar. O Partido deveria ser aquele “veículo” capaz de conduzir os anseios da população brasileira e produzir as reformas necessárias ao Estado.

No entanto, na análise de João Gilberto, o Partido não estava preparado para isto. Segundo o ex-Congressista, não só seu ex-partido político, mas também toda a oposição apresentava-se despreparada para enfrentar este desafio:

O Brasil tem um vício histórico, agravado pelo regime militar. (...) Os partidos no Brasil, costumam exagerar quando são oposições, veja, que no império há uma frase famosa que diz ‘nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder’. Mas, será que não é porque o liberal tinha exagerado em ser contra tudo que o conservador fazia e depois, algumas coisas ele tinha que fazer igual. Quando veio o regime militar, a oposição, e eu vou dizer isto, até porque tu falaste no PMDB, e eu quero incluir o PMDB nisto, como a oposição era contra o regime, e não apenas contra o governo, ela se viciou nesta coisa de ser contra tudo. O regime propunha qualquer coisa, a oposição era contra, não é. E isso redemocratizado, o pessoal não levou em conta. Aquelas coisas que tem até experiências na Inglaterra, por exemplo, de a oposição ter um gabinete paralelo. Quando o governo faz uma coisa, a oposição diz: não, eu faria o mesmo, ou diz: não, eu faria diferente, mas, faria desta maneira. Tem que provar que é sustentável a maneira. (...) enquanto não precisa provar que é sustentável (...) então, esta é uma coisa que não seria partido. Às vezes tu tem duas alternativas: ou tu aumenta imposto, ou corta despesa. A oposição é contra aumento de imposto e contra cortar despesa. Só não diz como é que resolve o impasse. (...) Isso é um problema. E esse problema afeta muito o PMDB, porque o PMDB é o herdeiro mais direto do MDB e o MDB era uma grande frente de resistência (Entrevista, João Gilberto. Abril, 2003).

Na opinião de João Gilberto (Entrevista, abril de 2003), o despreparo da classe política do país para enfrentar o grave momento econômico e de transição política que a nação estava passando, geraria entre a sociedade brasileira e as agremiações partidárias constituídas, um certo mal estar, que traria para os recém eleitos da “Nova República”, uma grande ausência de legitimidade.

Esta falta de legitimidade e confiança da sociedade brasileira, em relação a sua própria classe política, é perfeitamente compreensível. Ela encontra suas bases entravadas nos inícios da década de 30, passando pela década de 50, e, tendo seu ápice, no regime militar ocorrido no país entre os anos de 1964 a 1985. Como resultado desses momentos populistas e ditatoriais, “os partidos políticos não tiveram acesso nem condições de exercer influência entre os órgãos técnicos que, no interior do aparelho estatal, foram sendo progressivamente criados para modernizar a estrutura produtiva do país” (Diniz, apud MARQUES & FLEICHER, 1998, p. 11)¹⁶, resultando esta prática em um grande descrédito da atividade político-partidária perante a sociedade brasileira. Como num método contínuo prosseguem os autores, (...)

seriedade e competência deixariam de ser atributos associados ao Congresso e aos políticos, passando a ser consideradas propriedades exclusivas dos altos escalões administrativos. Desta forma, a socialização política da classe empresarial que, num primeiro momento, desenvolveu-se sob a tutela de um regime autoritário, tem seqüência num regime democrático, influenciado, porém, por fortes preconceitos contra os políticos e a atividade partidária, considerados fonte de ineficácia e de pressões ditadas por interesses restritos e particularistas (MARQUES & FLEICHER, 1998, p. 11).

O momento brasileiro contribuiria para o desgaste das instituições políticas do país. “O processo inflacionário, o déficit público, a dívida externa, dentre outros componentes, criaram uma situação de desestabilização crescente no governo José Sarney” (MARQUES & FLEISCHER, 1998, p. 33).

Estas dificuldades desencadeariam um resultado perverso sobre o sistema político brasileiro, pois permitiriam um considerável crescimento do Poder Executivo, em detrimento dos demais Poderes constituídos. “À guisa de ter que agir rapidamente impôs de forma pouca democrática suas decisões [as decisões do

¹⁶ A partir desse capítulo, usar-se-á com muita frequência estes autores, visto, ser uma literatura que abarca perfeitamente o trabalho que ora está sendo desenvolvido. Além do que, traz detalhes muito interessantes e com uma considerável apresentação de dados numéricos. Portanto, neste e nos capítulos seguintes a principal referência será MARQUES & FLEISCHER, 1998.

Poder Executivo] sobre política econômica sem, no entanto, envolver a classe política que, ficando de fora, lhe tirou a sustentação” (MARQUES & FLEISCHER, 1998, p. 33).

Assim, é possível acreditar que os longos períodos que o país passara nas mãos de políticos comprometidos com os interesses particulares, ou de grupos, tenham deformado o sistema partidário brasileiro, inibindo, com isso, o surgimento de agremiações políticas mais comprometidas com os apelos da sociedade brasileira:

O Partido que foi alijado do exercício do Poder logo no seu nascedouro, e que sobreviveu por um longo período a duras penas, quando chega ao poder, entrega-se com euforia ao movimento das nomeações para cargos públicos e a partilha de verbas oficiais, algo que todos os partidos vencedores sempre fizeram no país (MARQUES & FLEISCHER, 1998, p. 34).

2.3 – PMDB: as indefinições ideológicas acentuadas durante os trabalhos da ANC.

Na qualidade de grande partido vencedor¹⁷ nas eleições de 1986 e principal integrante da Aliança Democrática¹⁸, O PMDB seria chamado pelo Governo para assumir “a coordenação das atividades necessárias à articulação do pacto democrático”. A partir deste momento, o PMDB passaria a conviver com um grande dilema: ser ou não ser governo.

Os sucessivos desastres econômicos e a ineficiência do governo Sarney, na ótica dos “históricos”, partiriam o PMDB ao meio. Aqueles mais sedentos por

¹⁷ O índice de popularidade alcançado pelo governo Sarney no ano de 1986 seria tão elevado que nas eleições de novembro do mesmo ano a Aliança Democrática, composta por PFL e PMDB, que dava suporte político ao governo, obteve a totalidade dos governos estaduais. A nível federal, o PMDB. “obteve 55,78% das cadeiras para o Congresso Constituinte (38 para o Senado e 261 para a Câmara de Deputados)” (MARQUES & FLEISCHER, 1998, p. 39).

¹⁸ A Aliança Democrática foi um bloco formado por integrantes do PDS (dissidentes da candidatura Maluf) e PMDB, que conduziram o ex-governador mineiro, Tancredo de Almeida Neves, através de um Colégio Eleitoral, ao cargo máximo da nação brasileira. Contudo, Tancredo, por problemas de saúde, acaba falecendo antes mesmo de assumir o posto de Presidente, deixando para seu vice, José Sarney, o desafio de continuar conduzindo o país em seu processo de abertura democrática.

cargos queriam o apoio incondicional ao governo. Outros, porém, comprometidos com a história do MDB, preferiam eximir-se do ônus de ser governo.

Dessa forma, ficou difícil para o Partido justificar junto à opinião pública, que somente o governo, em suas várias esferas, era o único responsável pelos erros cometidos. Naquele momento começavam as divergências internas no PMDB. A maioria do partido se preocupava mais em cargos que pudesse ocupar no governo, do que em rumos que o governo pudesse tomar. Começou, também, neste instante, a luta de um grupo significativo de políticos do Partido para mudar essa idéia, essa concepção de fazer política em termos governamentais (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 35).

Ainda não vencidas as dificuldades iniciais, geradas, segundo os “históricos”, pela má condução da política econômica do governo e pela grande adesão dos “oportunistas” no ano de 1987, tinha início a Assembléia Nacional Constituinte. O PMDB possuía a necessidade de encontrar o equilíbrio político entre o seu passado – aquele dos tempos austeros da ditadura militar – e o seu presente/futuro, buscando, assim, traduzir na prática a sua retórica oposicionista. O que estava em jogo neste momento não era mais o combate a um regime, mas sim a construção de um processo democrático. Isto causaria um certo embaraço nas agremiações partidárias, visto a grande “diversidade programática e ideológica existente dentro de todos os partidos políticos brasileiros” (Brito, 1992, apud MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 36).

O PMDB, inserido dentro deste quadro político brasileiro, e com suas ambigüidades trazidas desde os tempos de MDB, não conseguia desvinciliar-se de si próprio. Neste sentido, destaca-se um diálogo ocorrido entre Euclides Scalco e Ulysses Guimarães durante o processo constitucional da “Nova República”. Diz o primeiro: “Dr. Ulysses, precisamos definir nossa postura”; Ulysses respondeu-lhe com a seguinte frase: “Scalco, no momento em que definirmos qual é nossa posição na área econômica e social dividiremos o partido” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 36). Somente mais tarde, à medida que o processo

democrático foi avançando no país, é que a frase do Dr. Ulysses seria compreendida.

Mesmo diante da resistência do Dr. Ulysses, os “históricos” continuariam relutando em aceitar a posição de seu presidente. A definição ideológica, principalmente, após o egresso desenfreado de políticos sem o compromisso com a história do partido, passaria a ser uma discussão constante no seio partidário peemedebista, durante as reuniões da executiva nacional e nos corredores e salas do Congresso Nacional.

O Partido estava indefinido não somente quanto a sua ideologia, mas também sobre as questões mais relevantes à nação brasileira. Temas como: reforma agrária, sistema de governo, duração de mandato, empresa nacional, dentre outros de menor escala em importância, não possuíam uma unidade de pensamento no âmbito peemedebista. Isto estaria desgastando a imagem do PMDB perante a opinião pública (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

É bem verdade que o PMDB tentaria solucionar seus problemas. O Partido buscava, através de Convocação Extraordinária de seus Deputados e Senadores, definir sua conduta ideológica. Para isto, elaboraria um questionário aos seus congressistas visando identificar o posicionamento ideológico de cada parlamentar. “Tabulados estes dados, ficou clara a existência de dois PMDB’s, e que o Dr. Ulysses não sabia em qual dos dois se situar, ou melhor, tinha um pé em um e o outro pé no outro. Jogava como um grande mestre de xadrez” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 37-38).

Daquele momento em diante, as dificuldades internas no Partido “governista” começariam a tomar um vulto acentuado, beirando a faixa do descontrole. Questões como a duração de mandato para José Sarney e o sistema de governo para o país possuíam uma forte dissonância dentro do PMDB. O presidente do Partido, Ulysses Guimarães, que desempenhava, ao mesmo tempo, as funções de Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Congresso Nacional Constituinte e Vice-presidente da República, não se licenciava e não renunciava a presidência. Isto impedia a ascensão de outros líderes ao comando partidário. “A idéia era entregar a direção a um homem como o Senador Jose

Richa, que era um dos mais indicados para assumir a presidência do partido”, e assim, buscar oxigenar o partido internamente (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 38). Richa, assim como Scalco, mais tarde, viriam a ser membros fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

2.4 - A transição do Regime Militar para a abertura política de 1985: primeiro a negociação (os dedos), depois o impasse (as mãos).

A euforia positiva que havia tomado conta da sociedade brasileira no início do Plano Cruzado, num curto espaço de tempo, acabaria, e o povo se voltaria contra os governantes, principalmente opondo-se a aqueles que faziam parte dos partidos da Aliança Democrática. O descontrole inflacionário que assolou o país nos meses seguintes ao fracasso do Plano Cruzado parece ter confundido os economistas do governo Sarney. Vários “choques heterodoxos” foram implementados sem, no entanto, surtirem qualquer efeito mais duradouro sobre a estabilidade econômica. “Neste momento a arrogância do Executivo e o retraimento dos partidos reforçam-se mutuamente” (DINIZ, 1986, em MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 39).

A partir dos desastres econômicos, as decisões passam a ser concentradas ainda mais pelo Executivo que, de forma fechada, sem transparência e guiado por um círculo burocrático restrito, acaba distanciando os partidos políticos das decisões governamentais. Isto resultaria em um enfraquecimento ainda maior das instituições políticas do país, já muito abaladas por vários percalços institucionais da história brasileira. Aliado a isso há ainda uma conjugação de outros fatores: um desenvolvimento econômico não equilibrado; uma estrutura social diversificada e uma rápida urbanização. Tudo isto, deixaria o Estado e as instituições representativas incapazes de responder as demandas sociais (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

A abertura política brasileira no ano de 1985, após 21 anos de regime fechado, contaria com ajustes entre alguns dos líderes da Arena e do MDB¹⁹. “O acordo negociado continha alguns pontos básicos para o retorno do Brasil ao Estado de Direito”, dentre os quais, pode-se destacar a Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte²⁰ (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 43).

Com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, o presidente criaria uma comissão encarregada de promover os primeiros estudos Constitucionais. A morte de Tancredo não inviabilizaria a proposta inicial, pois Sarney, ao assumir, levaria adiante a idéia. Através do Decreto nº 91.450 de 18 de julho de 1985 nasceria a referida comissão constitucional, que seria presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco.

O trabalho chega a ser elaborado e até publicado no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 1985. Entretanto, devido ao elevado número de críticas por parte dos setores mais progressistas da sociedade, o governo acabaria decidindo por uma elaboração constitucional mais abrangente, onde um maior número de segmentos sociais pudessem ser ouvidos²¹, principalmente, aqueles representados pelo poder Legislativo.

¹⁹ Destacam-se, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, integrantes do MDB e Aureliano Chaves e Marco Maciel, como integrantes da ARENA.

²⁰ Em discurso na Câmara Alta brasileira, na data de 25 de agosto de 1983, o Senador Pedro Simon, utilizando-se da tribuna, fez menção ao discurso do dia anterior, que fora proferido pelo Presidente do Diretório Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães. Tal pronunciamento, o Dr. Ulysses, assim, inicia: “Do alto da maioria que civicamente me credencia, o PMDB oferece as seguintes alternativas institucionais, econômicas e sociais, baseadas no Projeto Emergência do Senador Teotônio Vilela, que, pelo Brasil saúdo como herói, da resistência, o menestrel da liberdade e o campeão da anistia”. Deste pronunciamento, destaca-se aqui apenas o primeiro e o segundo item, os quais tratam da solicitação de uma convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e da promulgação de eleições gerais em todos os níveis no ano de 1984. Então, na íntegra os dois itens: 1) Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para reunir-se, se não for possível antes, em 15 de novembro de 1986. A Constituição, como Lei Suprema da nacionalidade, é criatura exclusiva da soberania popular. 2) Eleição direta, universal e secreta, em 15 de novembro de 1984, do sucessor do Presidente João Baptista Figueiredo, decorrência de Emenda à Constituição, a ser votada a tempo para a campanha e propaganda” (SIMON, Pedro, 2002, p. 387).

²¹ A Comissão de Afonso Arinos, considerada excessivamente conservadora, possuía 49 membros, assim distribuídos, por segmentos profissionais. “30 advogados, 3 jornalistas, 5 empresários, 4 sociólogos, 3 economistas, 2 religiosos, 1 escritor e 1 médico. Na análise de tendências ideológicas dos membros da comissão, poder-se-ia classificá-los como: seis integrantes da direita, sete da esquerda, quinze de centro, treze de centro-direita e oito de centro-esquerda” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 45)

Seria proposto então, por parte do Governo Federal, novo trabalho Constituinte, que desta vez deveriam ser elaborados por representantes políticos eleitos.

Depois de acalorados debates no Congresso Nacional foi finalmente convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Prevalecendo, no entanto, o caráter congressional, isto é, eleita em pleitos de Senadores e Deputados, juntamente com as eleições estaduais, acumulando desta feita duplas funções: a de congressista e a de Constituinte, ficando a segunda função, com o maior tempo dos eleitos (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 45).

Enfim, a 2 de fevereiro de 1987, instalar-se-ia no Congresso Nacional a Assembléia Nacional Constituinte, ficando a cargo do Dr. Ulysses Guimarães a presidência dos trabalhos. Foram 20 meses de discussões, pressões, votações e, principalmente, muitas divergências de opiniões.

O longo período de debates internos em torno das propostas constitucionais, movidos, com certeza, pela falta de um veio condutor mais sólido e de um cunho ideológico melhor definido, além de um projeto básico, geraria por parte da sociedade civil brasileira uma grande apatia pelo processo, recaindo a desconfiança, como não poderia ser de outra forma, num país ainda não consolidado democraticamente, sobre a classe política.

O ambiente que cercou a Assembléia Constituinte, desde sua instalação, foi de muita polêmica, como era de se esperar. Os corredores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal passaram a servir de fórum de difusão das mais diferentes idéias, de diferentes grupos ou categorias sociais e econômicas. Os gabinetes parlamentares eram invadidos pelos mais diversos grupos de interesses, num verdadeiro jogo de pressões, buscando resultados em cada uma dessas missões. Este processo retirou dos partidos políticos a possibilidade de cumprir sua missão de serem os veículos naturais de condução das reivindicações (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 47).

Esta morosidade nos trabalhos do Congresso Nacional, que também aos olhos da população e do governo poderia ser confundida com indefinição, proporcionaria ao Poder Executivo utilizar-se de todos os mecanismos possíveis para ver suas propostas aceitas. Como saldo, ficaria para os Partidos políticos um mero papel de ator coadjuvante no processo Constitucional.

O clima de desgaste junto a sociedade na condução das negociações pelo Congresso Constituinte trouxe à tona o componente antipolítico e principalmente antiparlamentar que existe em muitas culturas políticas, mas que talvez seja ainda mais forte nas culturas ibero-americanas (MARQUES, 1999, p. 48).

Temas polêmicos como mandato presidencial, reforma agrária, divisão dos poderes, forma e sistema de governo, tomaram o maior tempo dos debates. Contradições e conflitos, perfeitamente aceitáveis diante das condições transacionais brasileiras do momento.

Em entrevista com João Gilberto L. Coelho (2003), o mesmo se diz um pouco frustrado com certas situações que ocorreram durante os trabalhos da ANC. Como exemplo, o ex-Deputado constituinte destaca o impasse criado na questão da duração do tempo de governo para o então, Presidente José Sarney. Diz o ex-Deputado: “hoje, olhando para trás, isso não era uma questão essencial. Você vai fazer uma Constituição para um país, para ser duradoura, a discussão de um ano a mais ou a menos de governo é uma discussão que os defeitos iriam morrer ali mesmo”.

Passado quase um ano de sua instalação, a Assembléia Nacional Constituinte encontrava-se completamente desgastada perante a opinião pública. O Poder Executivo empenhava-se ao máximo para as matérias de seu interesse serem aprovadas, chegando ao extremo de tentar constituir, utilizando-se dos congressistas eleitos, um Partido Político²². Embora a idéia não viesse a se configurar no sentido estrito da palavra “partido”, a intenção do governo de

²² Para facilitar a aprovação das matérias de seu interesse, o Governo federal tentaria seduzir os Constituintes eleitos, a fim de que estes criassem um Partido Político.

formar uma base de sustentação no Congresso Nacional contribuiria decisivamente para que, durante o processo constitucional, surgisse um “bloco” com aproximadamente 300 parlamentares, o qual seria denominado de “Centrão”. O objetivo do “bloco” seria apoiar as propostas polêmicas, sempre em favor do poder central. Os cinco anos de mandato aprovados para o presidente Sarney e o sistema presidencialista de governo para o país são exemplos da força política que iria representar o chamado “Centrão”. No relato a seguir, evidencia-se de que forma o governo agia para conquistar seus objetivos:

Uma das táticas utilizadas pelo governo consistia em fazer a ameaça velada de golpe militar, valendo-se para isto das declarações de parlamentares e dos ministros militares afirmando ser ‘inviolável’ ou ‘inaceitável’ um mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, pois assim se tratava de um golpe. Utilizaram, ainda, de um outro mecanismo o fisiologismo Sant’Anna²³, ou seja, a utilização de verbas governamentais e das concessões de canais de rádio e televisão, para atender a governadores e congressistas que garantissem, assim, seu apoio ao mandato de cinco anos (Maciel, 1990, apud MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 50).

A maneira “truculenta” e “anti-ética” que o grupo do Centro Democrático (Centrão) atuaria durante o processo Constitucional, cooptando adeptos através da troca de favores, deixando de lado questões morais e princípios políticos, conduzindo as decisões partidárias pura e simplesmente em prol de grupos ligados ao poder, seria mais um dos motivos alegados “para o fortalecimento dos grupos de dissidência do PMDB” (MARQUES & FLEISCHER 1999).

As questões regionais, que afloraram com força durante os trabalhos da ANC, também podem ser consideradas como decisivas para a saída dos dissidentes peemedebistas.

²³ O fisiologismo, assim foi denominado, por ser uma prática adotada pelo governo Sarney através de seu líder na Câmara Federal, Dep. Carlos Sant’Anna, quando este assumira o papel de “testa de ferro” junto aos congressistas. Sant’Anna, através da troca de favores, conseguiu garantir cinco anos de mandato para Sarney, bem como o sistema presidencialista de governo, o qual ainda precisaria ser referendado em plebiscito nacional a 05 de outubro de 1993 (MARQUES, 1999).

A conduta do governo, que em nenhum momento durante o processo Constituinte contribuíra para o fortalecimento das entidades políticas, em especial dos Partidos, teve o seu trabalho facilitado pela própria prática do exercício da política no país. “Os partidos brasileiros, em sua maioria, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição e consolidação do poder” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 54).

O PMDB, que muito bem havia cumprido seu papel no período da resistência militar, acolhendo os dissidentes do regime, veria a prática clientelística trazer inúmeros constrangimentos ao partido. Os “neopeemedebistas”, que haviam perdido espaço nos corredores do poder com as derrotas da antiga ARENA, acabariam sendo acolhidos pelo próprio adversário, o que geraria mais tarde um descontentamento do grupo dos “históricos”, visto que, em algumas regiões do país os antigos adversários tomaram inclusive a gerência do Partido. No destaque a seguir, José Richa manifesta todo o seu desconforto em relação aos “neopeemedebistas”. Diz ele:

Na prática os peemedebistas “históricos” foram as únicas resistências ao regime militar e, em razão dessas posições sofreram sanções ao longo dos anos realizadas pelos quadros partidários que sustentaram o governo militar. Quando parte desses quadros migraram com suas adesões ao PMDB, criaram situações de desconforto para os fundadores do partido que passaram a ter que conviver com seus antigos desafetos (Entrevista com Richa, 1992, apud MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 55).

Sob este viés, seria possível admitir que a raiz da discórdia entre “históricos” e “neopeemedebistas”, estaria fundada primeiro nas questões regionais, transferidas, posteriormente, para o cenário político nacional.

A defesa intransigente de algumas pautas, durante os trabalhos da Constituinte, por parte dos “históricos” como, por exemplo, o sistema de governo seria outra das grandes divergências entre as “alas” peemedebistas. A forte convicção dos “históricos” na defesa do regime parlamentarista de governo, residia no fato de estes acreditarem que os males do país estariam diretamente

ligado ao sistema presidencialista de governo. O Presidencialismo, diziam os “históricos”, é “a causa das cíclicas crises políticas que levaram o país a enormes retrocessos, através, e, sempre de alguma ruptura das instituições” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 55).

À medida que o tempo avançava, e as votações na ANC sucediam-se, as desavenças internas dentro do PMDB aumentavam. “Muito embora existissem fissuras no PMDB elas realmente afloraram, mais claramente, quando o deputado Ulysses Guimarães começou a enfrentar problemas de articulação, logo nos primeiros dias dos trabalhos constitucionais de 1987” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 60).

2.5 – O PMDB se divide: estava surgindo o PSDB

Como visto no item anterior, os conflitos dentro do PMDB tomavam contornos irreversíveis à medida que os trabalhos constituintes ganhavam corpo. A primeira divergência de grande vulto, durante o processo constitucional, fora a escolha do líder peemedebista.

O Senador Mário Covas lançou-se como candidato à Liderança do partido no Congresso Constituinte, discordando dos argumentos de Ulysses Guimarães, contrapondo-se à candidatura do Deputado Luis Henrique da Silveira, Líder do partido na Câmara, e membro devotado do grupo Ulyssista (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 60).

Em outro destaque, afirmava o Deputado Federal paranaense Nelson Friederich que “a saída dos progressistas do PMDB deveria acontecer no final dos trabalhos constituintes” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 60). Os descontentes pareciam não ter mais dúvidas de que a alternativa seria mesmo a criação de um novo partido. Este posicionamento dos peemedebistas torna-se mais real, quando a 04 de dezembro de 1987, na cidade de Curitiba, para os integrantes do Movimento de Unidade Progressista - MUP, o Senador Fernando Henrique dissera que “já estava considerando a hipótese de inviabilização definitiva do

PMDB”, declarando, a certa altura de seu discurso, acreditar como muito difícil um revés desta posição, na medida em que a própria população estava “achando que o PMDB é exatamente igual a antiga ARENA (...) os progressistas [dizia ele], terão de levar suas teses às ruas para vencer sob a forma de pressão popular o Centro Democrático (Centrão) na Constituinte” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 65). O Senador Mário Covas, neste mesmo encontro, também direcionaria duras críticas contra o presidente José Sarney.

Na cronologia dos fatos, que culminariam com a decisão de formação de um novo partido nacional, encontra-se a data de 05 de janeiro de 1988, momento em que o grupo dos “históricos” reuniria-se em Brasília para debater sobre o rompimento político ou não com o governo Sarney. Deste encontro participariam José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Pimenta da Veiga e Euclides Scalco, porém os líderes não conseguem unificar a decisão quanto ao rompimento.

As divergências mais acirradas, nesta fase da Assembléia Nacional Constituinte, estavam se dando sobre os seguintes temas: forma de governo – presidencialismo ou parlamentarismo e, cinco ou quatro anos de mandato, para o Presidente da época, José Sarney.

Na Câmara Alta, o líder peemedebista Senador Fernando Henrique Cardoso afirmava no dia 15 de março de 1988, que estava muito próximo a deixar o partido caso a tese de 5 anos de governo para Sarney fosse aprovada. “A tendência mais forte é para deixar mesmo o PMDB com outros colegas, partindo para a formação de um novo partido, de cunho socialista democrático” (O Estado de São Paulo, 16 de março de 1988, apud MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 70).

Ainda no mês de março de 1988, após o Congresso já ter votado o regime presidencialista de governo, reunir-se-iam no dia 24, novamente os Senadores Fernando Henrique e José Richa, mais os Deputados José Serra e Euclides Scalco, além de André Franco Montoro, ex-Governador de São Paulo, para debaterem sobre o desfilamento do PMDB. Em conjunto, entenderam ser melhor aguardar, no partido, até o final do processo constitucional, pois estavam receosos com possíveis dispersões do grupo dos descontentes. “Decidiram ainda, pela criação de

um novo partido de expressão nacional, sem data e nome definidos”. Todavia, iniciariam, desde já, as articulações em nível estadual, visando a formação de bases para o futuro partido (Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil, de 25 de março de 1988, MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 71).

Numa análise ideológica, a linha daqueles que pretendiam constituir o novo partido pode ser assim definida: uma, de cunho progressista liberal (não estatizante e que acredita nos avanços sociais como conseqüências da democracia) e outra, definida sob um viés liberal moderno (que defendia um desenvolvimento econômico baseado numa visão social mais avançada) (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

O Deputado Pimenta da Veiga, nesta fase das discussões já desligado do PMDB, e, momentaneamente sem partido, “declarava estar lançando um movimento para a criação de uma nova legenda, que deveria reunir os dissidentes do PMDB. Esse novo partido não seria sectário, mas haveria critérios para a seleção dos filiados” (O Estado de São Paulo x Gazeta Mercantil, 29-3-1988, em MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 72). Nesta mesma data, porém em Brasília, os Senadores Fernando Henrique, José Richa e Mário Covas, reunir-se-iam para unificar seus discursos em favor do rompimento com o governo Sarney e, por conseqüência, solicitar a renúncia dos ministros peemedebistas que participavam do governo.

Os fatos cada vez mais apontavam na direção do rompimento entre “históricos” e PMDB, e para a conseqüente construção de um novo Partido. Neste sentido, destaca-se um pronunciamento do Senador Mário Covas, que após reunião em Brasília, na data de 29 de março de 1988, afirmava em tom de despedida defender o rompimento com o governo. No mesmo dia, Fernando Henrique Cardoso telefonava a André Franco Montoro para anunciar que as negociações para a formação do novo partido reunindo dissidentes – e, nesta fase, já não só peemedebistas - estavam caminhando seriamente. Dizia o Senador: “as pedras do novo partido estavam lançadas”.

Na mesma conversa, relataria ao colega, já ter tratado sobre este assunto com o Dr. Ulysses “e que este saiu convencido (...) de que as coisas eram mais sérias do que pensava” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 73).

Os Deputados, Cristina Tavares e Fernando Lyra, ambos do estado de Pernambuco, no final de março daquele ano de 1988, desligar-se-iam do PMDB, aproveitando os desfiliamentos para tecerem duras críticas ao Presidente José Sarney. Na ótica dos Deputados, a Constituinte tornara-se um balcão de negócios, onde “tudo se fazia com o apoio explícito do PMDB”.

Em Brasília, a 29 de março, Orestes Quércia, então governador de São Paulo, reunir-se-ia com o Senador Covas, no intuito de demover do mesmo a idéia de sair do partido levando consigo todo o grupo de centro-esquerda peemedebista do estado paulista.

A este momento das negociações as possibilidades de acerto entre “históricos” e PMDB, já se encontravam completamente desfavorecidas. A péssima gestão econômica do governo Sarney, além da aprovação pelo Congresso Nacional Constituinte, da proposta de sistema presidencialista de governo para o país teria contribuído de forma decisiva para a decisão do grupo dos “históricos” em desligar-se do PMDB.

A 05 de maio de 1988 reuniram-se na residência do Constituinte Deputado Pimenta da Veiga, em Brasília, os Senadores Mário Covas, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, o ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, Presidente do Instituto Latino-Americano (ILAM), e os Deputados federais Saulo Queiroz (PFL-MS) e Jayme Santana (PFL-MA). Decidem a data para o lançamento de um novo partido: 72 horas após a promulgação da Constituinte (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 77).

Estava assim, quase concretizada a idéia de formar um novo Partido. Segundo cálculo dos dissidentes, caso a proposta viesse a vingar, a agremiação contaria, de início, com aproximadamente 60 parlamentares.

É importante destacar, que embora o grupo dos “históricos²⁴” já pudesse ter se constituído como partido na fase inicial dos trabalhos Constituintes, a necessidade de algumas propostas precisarem passar por uma segunda votação, além de alguns entraves criados pela própria Legislação Eleitoral, devem ser considerados, como relevantes no momento de se analisar o retardamento na fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

A prática política brasileira muito afeita aos casuísmos, sempre fortemente influenciadora sobre a Legislação Eleitoral, causa na grande maioria das vezes, uma dificuldade à organização partidária, bem como, na criação de novos partidos políticos (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

No dia 18 de maio, em Brasília, os Deputados federais Jaime Santana e Saulo Queiroz, ambos do PFL, os Senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, os Deputados Federais Euclides Scalco, Pimenta Da Veiga, Antônio Britto, o ex-Governador de São Paulo, André Franco Montoro, dentre outras pessoas reunir-se-iam para comemorarem a aprovação pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que regulamentava as eleições municipais daquele ano. Conforme Pimenta da Veiga, “até o final de junho, o novo partido já deveria estar consolidado. Caso contrário, estaria impossibilitado de concorrer às eleições municipais daquele ano”.

Na tarde de 03 de junho de 1988, em Brasília, cerca de 40 parlamentares dissidentes do PMDB, PFL, PDT e PTB, reuniam-se, sob a coordenação de Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco e Pimenta da Veiga, para discutirem o programa e estatutos do novo partido que pretendiam lançar no dia 24 de junho (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 80).

A intenção dos fundadores seria, já no ano de fundação do Partido, marcar presença nas eleições municipais com candidatura própria. São Paulo, Rio de

²⁴ Facção do PMDB baseada em princípios (grupo de idéias). (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 149).

Janeiro, Belo Horizonte, São Luiz, Terezina, Fortaleza, Natal, Recife, Vitória e Porto Alegre, eram as preferidas. A articulação de coligações, nas demais cidades, apresentava-se como alternativa.

No ano seguinte, 1989, a intenção tucana seria concorrer na eleição presidencial com candidatura própria (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

Ainda referente a reunião de 03 de junho, ocorrida na capital nacional, destaca-se a discussão do manifesto que deveria ser levado ao conhecimento da população do país, o qual possuía como principal ponto, a defesa do grupo peemedebista dissidente em favor do sistema parlamentarista de governo.

Na mesma reunião, discutir-se-iam sugestões de nome para a futura agremiação política: “Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Popular Progressista (PPP) e Partido da Renovação Democrática (PRD), foram propostas de nomes sugeridos” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 80).

Dias antes da fundação oficial do PSDB, aconteceria em São Paulo um encontro com, aproximadamente, mil partidários dissidentes, majoritariamente peemedebistas.

Como tema principal do debate, apresentar-se-iam a discussão sobre o Manifesto, o Programa, o Estatuto, as Finanças, a Organização e a Infra-estrutura da nova sigla. “Franco Montoro, ao usar da palavra, destacou que uma das principais bandeiras do novo partido seria a da adoção do parlamentarismo no país”, declarando, que “o novo partido nasceria longe das benesses oficiais e próximo do pulsar das ruas” (Jornal do Brasil x Folha de São Paulo, 13 de junho de 1988, apud MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 81).

Em 18 de junho de 1988, reunidos em Florianópolis, dissidentes do PMDB e PFL, lançam manifesto de criação do novo partido. O Senador José Richa, afirmava que a sigla seria aberta, mas quem optasse por ela teria que se comprometer com seu programa. Quem entrar por equívoco ou esperteza vai ser convidado a sair. (Jornal do Brasil x Folha de São Paulo, 19 de junho de 1988, apud MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 82).

CAPÍTULO 3 – O programa partidário peessedebista.

Este capítulo propor-se-á a destacar alguns pontos do Programa político do PSDB. Nele tratar-se-á ainda, da primeira executiva do Partido. Serão destacados os nomes que fizeram a história de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira.

3.1 - A fundação do PSDB

O Programa partidário constitui-se em um dos documentos de maior importância para os Partidos políticos. Serve como peça fundamental para o delineamento doutrinário e organizacional do partido.

Junta-se ao Programa em grau de importância e necessidade legal, os Manifestos e o Estatuto dos Partidos.

Aqui serão tratados temas como: Reforma do Estado, Reforma Agrária, Política Agrícola, Reforma do Sistema Financeiro, Crescimento Econômico, dentre outros assuntos que fazem parte do programa tucano.

Aprovados em reunião de fundação do Partido, a 25 de junho de 1988, o Programa, o Estatuto e o Manifesto do PSDB, “foram publicados no Diário Oficial da União – Seção I, de 6 de julho de 1988, e serviram de base ao registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do art. 7º da Lei nº 7.664, de 29 de junho de 1988” (Coleção Tucano. Série – Documentos Partidários, Vol. – I, p. 5).

De acordo com o disposto na Lei 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), o Programa do Partido da Social Democracia Brasileira deveria ainda, embora já proposto e aceito na reunião de fundação do Partido, ser aprovado nas Convenções municipais e regionais.

O Programa seria proposto como definitivo, nos dias 19 e 30 de abril de 1989, nos estados do “Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, São

Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, Vol. I, p. 5).

A primeira Convenção Nacional tucana dar-se-ia a 14 de maio de 1989²⁵ fato, que habilitaria o Partido a concorrer na eleição presidencial do mesmo ano.

Com a presença dos delegados dos 14 estados, já anteriormente citados, definitivamente seriam sacramentados os documentos teóricos que ordenariam a vida tucana.

Então, a partir da Convenção tucana, o Programa, o Manifesto e o Estatuto passariam a acompanhar as ações dos sociais-democratas do nosso país.

Nesta mesma Convenção, do dia 14 de maio, eleger-se-ia ainda o Diretório Nacional e por votação deste, a I Comissão Executiva nacional do Partido Da Social Democracia Brasileira - PSDB²⁶, que ficaria composta pelos seguintes nomes: Presidente - André Franco Montoro; 1º Vice-Presidente – Octavio Elíso; 2º Vice – Presidente – Moema São Thiago; 3º Vice – Presidente – Artur da Távola; Secretário – Geral – Egidio Ferreira Lima; 1º Secretário – Saulo Queiroz; 2º Secretário – João Gilberto Lucas Coelho; 1º Tesoureiro – Geraldo Alckmin Filho; 2º Tesoureiro – Odilon Ribeiro Coutinho; Vogais – Helio Jaguaribe, Aécio Neves, Nelton Friedrich e Pompeu de Souza; Líderes – Senador Fernando Henrique Cardoso e Deputado Euclides Scalco; Suplentes – (01)²⁷ Luis Carlos Bresser Pereira, (02) Francisco Urbano Araújo; (03) Hermes Zanetti, (04) Hildete P. de M. Araújo, (05) Cássio Gonçalves, (06) Marcelo Cerqueira, (07) Cláudio S. Martins.

²⁵ O registro definitivo do partido seria concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em 24 de agosto de 1989, através da Resolução nº 15.494/89. Por obrigação do § 2º, do Art. 17, da Constituição Federal, também seria providenciada a aquisição da personalidade jurídica na forma da lei civil, de acordo com registro lavrado em 17 de julho de 1989, no Cartório do 1º Ofício de registro Civil das Pessoas Jurídicas de Brasília, sob o nº 1.741, Livro A, nº 3. Para fins da legislação fiscal, seria elaborada a inscrição, no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, do ministério da Fazenda, em 10 de agosto de 1988, sob o nº 03.653.474/0001-20 (Coleção Tucano. Série – Documentos Partidários, Vol. – I).

²⁶ Para a Primeira Executiva Nacional tucana, eleita para o biênio 89/91, caberia a tarefa de conduzir o Partido em seu primeiro teste eleitoral a nível nacional. A eleição presidencial daquele ano, já contaria com a presença de candidato peessedebista. Mário Covas seria o escolhido pelo partido para concorrer ao cargo de Presidente da República. No ano seguinte, 1990, esta mesma executiva teria a incumbência de organizar e fortalecer o PSDB nas eleições gerais brasileira. Estaria posta uma excelente oportunidade para verificar a força política do partido recém fundado.

²⁷ O número indica a ordem da suplência.

3.2 - Destaques do Programa partidário tucano.

No Programa partidário tucano, a defesa dos princípios democráticos desponta como ponto fundamental para o Partido. Segundo tese dos sociais-democratas brasileiros, a Democracia “é um valor fundamental – o estuário para onde correm as energias progressivas no mundo contemporâneo; o padrão de convivência civilizada para o qual se voltam as esperanças de homens e mulheres de diferentes sistemas econômicos, de diferentes países, de diferentes concepções políticas, filosóficas, religiosas” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, Vol. I, p. 18-19). Por isso, a Democracia, segundo os tucanos, é o único meio capaz de proporcionar ao ser humano uma dignidade plena enquanto cidadão.

A democracia moderna é participativa e pluralista. Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de idéias, culturas e etnias. Pressupõe, assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade. Exclui os sectarismos e a violência política a qualquer título (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, Vol. I, p. 19).

Acreditam os tucanos que a descentralização do poder político seria extremamente necessária e salutar, pois aumentaria a participação e fiscalização popular sobre as decisões e ações políticas governamentais. Desta forma, a sociedade, deixaria de ser apenas uma espectadora e passaria a fazer parte diretamente, das decisões políticas.

Verifica-se, diante disto, que para os tucanos a disparidade social apresenta-se como um risco às instituições democráticas. Como solução para se evitar tal caos apresenta-se o pleno desenvolvimento democrático, que somente seria conquistado quando as grandes distorções sociais forem superadas²⁸.

²⁸ “No cenário em que nasceu – final da década de oitenta – o PSDB já assimilou a nova postura dos partidos social-democratas, incluindo além das reformas sociais, do combate à desigualdade e

Assim os tucanos lutariam “(...) pela transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras e haverá de incorporar a luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 19).

No tocante ao sistema de governo, o grupo tucano busca, no modo parlamentarista de administrar, o aperfeiçoamento do meio democrático. Segundo concepção peessedebista, “o parlamentarismo fortalece os partidos e assegura ao Legislativo, participação responsável nas grandes decisões nacionais”, além de permitir “mudanças de governo sem provocar crises institucionais” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 20).

Para a educação e cultura o programa peessedebista prevê aumentar o nível educacional do povo brasileiro. Pautado pelo que prevê a Constituição do país, o Partido buscaria através de ações especiais atingir seus objetivos ligados à educação.

Detém-se o Programa educacional dos tucanos, num capítulo exclusivo em defesa das Universidades públicas. “A autonomia da Universidade será defendida tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do País” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 21).

A distribuição de renda é outra proposta prevista no programa do Partido da Social Democracia Brasileira. Erradicar a miséria e diminuir as desigualdades sociais e regionais seria, também, objetivo a ser buscado pelos tucanos. Através de um grande mutirão social e elevados investimentos em tecnologia moderna, e de uma eficaz utilização de recursos, pretende o PSDB, melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

No entanto, os sociais-democratas acreditam que nenhuma proposta de melhoria da distribuição de renda seria possível, sem antes melhorar o parque

da busca da justiça social (bandeiras permanentes) os temas da reforma do estado, da necessidade de derrotar a inflação e da inserção do Brasil no mundo em transformações” (Social Democracia – Ação Parlamentar. Publicação da Bancada do PSDB, na Assembléia Legislativa do RS. Agosto 2001. Vol I. p. 20).

industrial brasileiro. “Por isto o PSDB valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 21).

Integrar-se ao sistema econômico mundial, buscando aperfeiçoar-se tecnologicamente para aumentar a competitividade empresarial brasileira, e com isto melhorar os índices econômicos do país, proporcionando, assim, uma maior equalização dos graves problemas sociais da nação, também são metas propostas pelos peessedebistas.

Destaca-se aqui, uma breve definição do que significa para os sociais democratas tucanos “soberania nacional”.

Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de ‘cartórios’ que explorem o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 21).

No mesmo sentido, do exposto acima, os tucanos direcionam duras críticas ao protecionismo e aos privilégios econômicos. Acreditam que tal corporativismo presta um desserviço ao desenvolvimento da economia brasileira. “Reservas de mercado formais ou informais são um recurso válido, nesse contexto, como medidas temporais, nunca como privilégio permanente para determinados setores ou grupos empresariais em detrimento do conjunto da sociedade” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 22).

Acabar com a espiral inflacionária, que há décadas assola a economia brasileira, na ótica tucana, apresentar-se-ia, como outro ponto fundamental para a busca do crescimento nacional e de uma melhor divisão de renda no país. Segundo a análise peessedebista, o problema com o excessivo comprometimento dos recursos financeiros internos para o pagamento da dívida externa brasileira,

deveria, também, ser solucionado, sob pena de não se permitir desenvolver projetos internos de longo prazo para o crescimento do país.

O Brasil não poderá prosseguir por muito tempo na “fuga para adiante” em relação a espiral inflacionária. A inflação fomenta o investimento especulativo no lugar do produtivo, castiga os setores mais desprotegidos da população, dificulta o cálculo econômico, acarreta, enfim, instabilidade econômica e inquietação social (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 22).

A Reforma da estrutura do Estado é outro ponto que recebe destaque no projeto do PSDB²⁹.

Segundo os peessedebistas, o Estado Brasileiro investia na área social, até 1990, ano desta coleção tucana, uma parcela do Produto Interno Bruto maior do que os demais países na mesma faixa de renda por habitante. No entanto, nos mesmos indicadores, apresenta índices sociais muito inferiores aos países da mesma faixa de investimento. Como decorrência disso, concluem os peessedebistas, que

(...) é fundamental dar prioridade ao social na distribuição do gasto público, mas é preciso também que os recursos aplicados cheguem de fato à população carente, convertendo-se com a máxima eficiência em melhores condições de alimentação, saúde, educação, habitação, transportes coletivos e meio ambiente. Isto requer ação política tenaz do executivo e do Legislativo, nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor

²⁹ “É do Presidente Fernando Henrique Cardoso a contribuição ao debate mundial da social-democracia sobre o papel do estado ou o tamanho deste: o estado deve ser o Estado Necessário para uma determinada sociedade, tomando em conta sua cultura, sua sociedade, seu estágio de desenvolvimento e seus problemas. Os governos social-democratas e socialistas democráticos promovem reformas profundas no Estado hoje. Retiram-no do papel de empresário (dono de muitas empresas estatais) e de produtor. Passam a dar ao estado um papel agente do desenvolvimento, controlador e regulador dos mercados e da economia, motivador e incentivador das iniciativas comunitárias, empresariais, etc. Submetem as políticas estatais e os agentes destas, a um maior controle da sociedade (conselhos, colegiados e outras formas de participação e controle da sociedade) (Social Democracia – Ação Parlamentar. Publicação da Bancada do PSDB, na Assembléia Legislativa do RS. Agosto 2001. Vol I. p. 23)

público (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 23).

Acreditam os sociais-democratas tucanos que a descentralização dos recursos públicos, das funções e dos encargos da União para os estados e municípios, é uma excelente alternativa para se conseguir melhorar o atendimento às questões locais. “Em defesa das camadas mais carentes da população e por uma questão de respeito aos contribuintes, o PSDB combaterá duramente o clientelismo, a ociosidade, a duplicação de órgãos e funções, as distorções salariais” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 23).

Uma profunda Reforma administrativa, tanto na administração direta, como na administração indireta, visando à eficiência dos trabalhos prestados, bem acabar com o empreguismo e o desperdício dos recursos públicos, transformando os serviços da União de bem próprio e particular, em canal de interesse e auxílio coletivo, também são objetivos tucanos a serem perseguidos³⁰.

Paralelamente a Reforma Administrativa, os peessedebistas acreditam ser necessário uma Reforma no sistema tributário do país, por ser este, demasiadamente oneroso aos contribuintes brasileiros. “Os avanços da Constituição no campo tributário também precisam ser consubstanciados mediante uma ampla revisão da atual legislação” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 24).

Com a Reforma Administrativa, acreditariam os tucanos estar fortalecendo a federação, na medida em que racionalizariam a transferência de recursos e encargos para os estados e municípios, criando desta forma, uma simplificação no sistema tributário do país, permitindo que surgissem, automaticamente, por

³⁰ O Brasil está inserido dentro de uma visão de Estado patrimonialista. O Estado brasileiro, em sua conformação histórica, corresponde a um tipo de dominação que na tipologia de Max Weber se denomina “organização estatal-patrimonial”. Trata-se isto, de uma classificação que permite abarcar em toda a sua complexidade e profundidade o fenômeno do poder entre nós, visto não se restringir a variáveis puramente econômicas como o marxismo. Patrimonialismo é, portanto, a extensão do mando político do governante, imaginando este que as coisas públicas ou do Estado, são suas propriedades, constituindo isto, no aspecto nuclear da dominação patrimonial. Despojado de sua dimensão pública, o poder, nos moldes do patrimonialismo, constitui “um direito próprio (do soberano), apropriado em igual forma que qualquer outro objeto de posse” (WEBER, Max. *Economia Y Sociedad*, vol. I. F. de Cultura Económica, México, 1944, p. 241).

intermédio da própria sociedade, mecanismos para uma melhor fiscalização na cadeia produtiva do país.

Reforma Agrária e uma Política Agrícola também estão contemplados no programa partidário do PSDB. A exploração da terra de maneira racional e subordinada a sua função social, de forma a contribuir para elevar os níveis de emprego e de renda dos trabalhadores rurais, aliado a desapropriações, que garantam as particularidades de cada região, são prioridades tucanas, para uma equalização melhor dos problemas sociais da terra no Brasil, sentença o Programa social-democrata brasileiro.

Quanto à necessidade de uma Política Agrícola, a intenção seria a criação de linhas de crédito, de uma melhoria no setor de transportes e armazenagem, de uma fórmula que proporcionasse ao produtor uma garantia mínima de preço, e de uma política que garantisse a comercialização da produção.

A Reforma do Sistema Financeiro brasileiro é outro destaque no programa tucano. “O Sistema Financeiro nacional não tem se adequado às necessidades do desenvolvimento da economia. Isto se evidencia claramente pela intermitente alta taxa de juros e a incapacidade do segmento financeiro privado de promover empréstimos de longo prazo para investimentos produtivos” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 24).

Através da Reforma Financeira, haveria uma reorganização das finanças públicas, uma estagnação da espiral inflacionária e uma maior eficiência operacional das instituições financeiras governamentais e privadas³¹.

Num compromisso com o futuro, a preservação dos recursos naturais também é uma preocupação. O PSDB “encara a preservação ambiental como um requisito básico do bem-estar social e um compromisso indeclinável com as

³¹ “A social-democracia respeita a livre iniciativa dos cidadãos e dos agentes sociais e econômicos. Respeita, portanto, o mercado – conjunto de ações dos agentes econômicos na produção, comercialização, circulação e uso dos bens e serviços. Mas, não se submete à soberania dele, como os neoliberais. Defende um mercado social, sob controle da sociedade, com limites e regulamentação pelo estado. É preciso constatar – isto é um dado de realidade não uma posição ideológica – que o controle sobre o mercado mundial, por exemplo, só poderá ser alcançado de forma mundial, não por um país isoladamente. Para a social-democracia tanto o estado, como o mercado são resultantes da sociedade, e por esta devem ser controlados” (Social Democracia – Ação Parlamentar. Publicação da Bancada do PSDB, na Assembléia Legislativa do RS. Agosto 2001. Vol I. p. 23/24).

gerações futuras” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 25).

E por último, mas nem por isso menos importante na visão tucana, o Partido acredita que uma presença ativa no cenário internacional teria uma importância estratégica para o desenvolvimento do país. Para eles, a Nação brasileira deveria marcar e consolidar sua presença no âmbito internacional pelo diálogo e por “formas de relacionamento externo baseadas na cooperação e na não-confrontação” (Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários, 1990. Vol. I, p. 25).

CAPÍTULO 4 - O desempenho político-eleitoral do PSDB: de sua fundação até o pleito eleitoral de 2002.

Tratar-se-á neste capítulo do desempenho político-eleitoral do PSDB, desde de sua fundação, até o pleito eleitoral de 2002. Aqui serão levantados dados das eleições para as Câmaras Municipais, Prefeituras, Deputados Federais e Senadores.

Mostrar-se-á, também, os perfis ocupacionais dos eleitos para a Câmara Federal, desde a primeira gestão dos tucanos, até o pleito eleitoral de 2002.

As amostragens serão na forma de Tabelas (Quadros) e Gráficos (Figuras).

4.1 - A “performance” eleitoral tucana nas eleições para as Prefeituras e Câmaras Municipais.

Fundado em 24 de junho de 1988, o Partido já em seu primeiro ano de fundação concorreria nas eleições municipais com candidatura própria. Sujeitaria-se assim, ao processo democrático do voto. Momento considerado pelos autores MARQUES & FLEISCHER, como “(...) o elemento que alimenta e da forma ao embate democrático das idéias, promove o equilíbrio dos poderes pelo sufrágio universal, e da forma e substância ao Estado” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 89).

No entanto, os poucos meses de fundação do PSDB e, por conseqüência, o pouco tempo de exibição no cenário político brasileiro, não permitiriam ao Partido receber do eleitorado brasileiro o número de votos desejado por suas lideranças.

Entretanto, uma situação começaria a consolidar-se: as raízes regionais do Partido.

As vitórias conquistadas nas cidades mineiras de Belo Horizonte, Contagem-MG e Bauru-SP, todas localizadas na região Sudeste do país, apresentariam, mesmo que de forma incipiente, os primeiros sinais da força política que o Partido viria a obter nesta Região brasileira.

Assim como na Região Sudeste do país, o PSDB também contaria com um grande apoio da Região Nordeste, a segunda do país em termos populacionais. A soma das duas regiões ultrapassava os 70% de eleitores nacionais (Verificar Quadro 01).

Quadro 01 – Número de eleitores brasileiros no ano de 1988, apresentados por regiões.

REGIÃO	ELEITORES	PERCENTUAL DO TOTAL BRASILEIRO
Centro-Oeste	5.110.212	6,7405%
Nordeste	20.268.690	26,7349%
Norte	3.647.348	4,8109%
Sudeste	34.350.553	45,3093%
Sul	12.436.716	16,4044%
Total	75.813.519	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

De acordo com a formação do Quadro 01, a região Sudeste do país representava no ano de 1988, um percentual de 45,3093% do eleitorado brasileiro, com 34.350.553 eleitores, de um total nacional de 75.813.519.

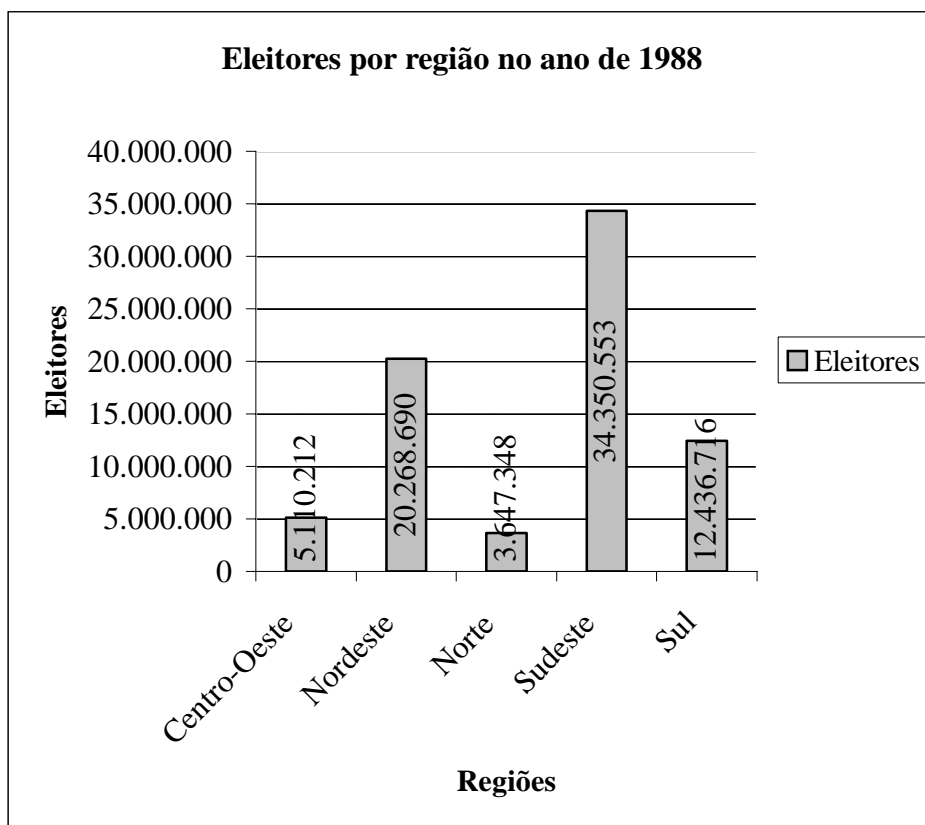
A Região Centro-Oeste, por sua vez, representava 6,7405% de eleitores, tendo 5.110.212 de cidadãos aptos ao voto.

Na região Nordeste do país, o número de eleitores ultrapassava aos 20 milhões, chegando a 20.268.690, representando, em termos percentuais, 26,7349% de eleitores da nação.

A Região Norte é a que apresentava o menor índice de concentração eleitoral do país, ficando com apenas 4,8109%, obtendo uma concentração eleitoral de 3.647.348 eleitores.

Na Região Sul, representada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, concentrava-se pouco mais de 1/10 dos eleitores do país. O percentual ficaria na ordem de 16,4044%, com 12.436.716 eleitores.

FIGURA 01 – Eleitores por região, no ano de 1988.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

A força política que o Partido viria a obter na região Sudeste, (principalmente neste primeiro momento, no estado de Minas Gerais), fica evidenciado no Quadro-02, onde se apresentam as três maiores conquistas eleitorais do PSDB no ano de 1988. Belo Horizonte representava, dentro do seu estado, sozinha, mais de 13% do eleitorado mineiro, além de apresentar um grande potencial econômico regional

Desta forma, pode-se analisar a conquista peessedebista da capital mineira sob dois aspectos: um, pelo grande número de eleitores que a cidade possuía (13,1922%), haja vista que nenhum partido pode se apresentar como alternativa de poder sem o seu alimento principal – o voto, e outro, não menos importante que o anterior, pela própria situação de destaque político que a capital mineira representa, tanto em nível de UF, como a nível federal.

QUADRO 02 – Número e percentual de eleitores, no ano de 1988, nas cidades de Belo Horizonte, Contagem e Bauru.

MUNICÍPIO	ELEITORES	PERCENTUAL – UF
Belo Horizonte/MG	1.141.299	13,1922%
Contagem/MG	208.782	2,4133%
Bauru/MG	126.891	0,7512%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

Como demonstração de força política, é de extrema importância para um partido vencer eleições em cidades populosas, pois assim como o mercado sobrevive do lucro, os partidos políticos alimentam-se do respaldo popular. Todavia, os estados mineiro e paulista não significavam apenas grandes locomotivas eleitorais, mas representavam (e ainda ostentam tal posição) perante a Nação brasileira, também, como grandes potências econômicas.

Com um total de 8.651.293 eleitores, o Estado de Minas Gerais representava 11,4113% do percentual total de cidadãos brasileiros aptos a votarem no pleito eleitoral de 1988, e São Paulo com 16.890.817 eleitores, alcançava um índice de 22,2794%.

Agrupando-se em uma adição os estados de São Paulo e Minas Gerais naquele ano de 1988, atingiriam um total de mais de um terço do eleitorado brasileiro, chegando a 33,6907%, com uma quantidade de 25.542.110 eleitores.

Os eleitores mineiros estavam divididos da seguinte forma em seu estado: na capital o número de eleitores chegava 1.141.299 eleitores, representando

13,1922%, enquanto que no interior, o número ultrapassava aos 7 milhões de eleitores, chegando a 7.509.994, o que significava um índice percentual de 86,8078% da UF.

No estado paulista, a capital ultrapassava aos 5 milhões chegando a 5.528.402 eleitores, o que significava um percentual de 32,7302%. No interior o número chegava a 1.362.415 eleitores, os quais representavam um índice de 67,2698% de votantes (Quadro 03).

QUADRO 03 - Demonstração de eleitores e percentuais, de 1988, discriminados entre capital e interior, nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

ELEITORES	MINAS GERAIS	Total da UF	TOTAL MG	SÃO PAULO	Total da UF	TOTAL SP
Capital	1.141.299	13,1922%		5.528.402	32,7302%	
Interior	7.509.994	86,8078%		11.362.415	67,2698%	
Total	8.651.293	100%		16.890.817	100%	
EM RELAÇÃO AO BRASIL			11,4113 %			22,2794 %

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

Além das prefeituras de Belo Horizonte, Contagem e Bauru, o PSDB também conquistaria, no ano de 1988, o poder executivo em outras 15 cidades, totalizando, desta forma, 18 prefeituras. Estas estavam distribuídas da seguinte maneira: 3 prefeituras no estado do Espírito Santo; 7 prefeituras no estado de Minas Gerais; 1 prefeitura no estado de Mato Grosso do Sul; 1 prefeitura no estado de Pernambuco; 1 prefeitura no estado do Rio Grande do Sul e 5 prefeituras no estado de São Paulo (Ver Quadro 04).

QUADRO 4 – Resultado dos Prefeitos Eleitos em 1988 apresentados por Estados e Partidos.

Partidos	AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC	SE	SP	TOTAL		
PDC			26	1	17	2	2	20	1	114			11	6	2	3	2	2	2	1			2	1	9	224	
PDS	5				12	27	5	4	10	38		2	17	17	2	18	14	3	14	2		113	76	7	59	1	446
PDT		3			7	2	3	3	8	14	2	3	3	3	9	3	24	14	3	2		60	6		19	1	192
PFL	2	35	13	3	134	55	24	24	52	178	18	24	6	36	62	66	36	8	45	1	5	16	33	40	129	13	1058
PJ										4																4	
PL		4	1	1	8	2	2	22	4	17	2	7	1	45	2		17	3	49	2		2	2	9	36	1	239
PMB					12	16			1	6				2	20					1							58
PMDB	5	31	17	1	111	62	16	109	35	308	28	34	43	43	51	26	159	20	36	11		134	73	13	201	25	1606
PPB																									1	1	
PSB		3	1	1	4	2		1		2			3	2	4	2		2						4	6	37	
PSC		3			17	2				4																	26
PSD																									2	2	
PSDB							3			7	1				1							1			5	18	
PT					3	2	2			7	1						2	1	1				4	1	14	38	
PTB		18	3		35	3	9		15	29	20	5	20	2	7		64	2	1	3	3	1	1		91	332	
PTR					1	3		2										2								8	

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1998, p. 89).

Ainda no pleito eleitoral de 1988 o PSDB conquistaria, de 51.455 vagas em disputas a vereança, 222 cadeiras. Do total, 51 delas estavam no estado mineiro, representando 22,9729%.

No estado de São Paulo, a conquista subiria para um percentual de 39,1891%, chegando 87 cadeiras.

Na soma percentual dos dois estados, Minas Gerais e São Paulo, o número de vereadores eleitos pelo PSDB ultrapassaria a dois terços da conquista tucana em todo o território nacional, somando-se a 62,1620%.

Esta boa “performance” peessedebista na região Sudeste, está evidenciada no Quadro 5.

QUADRO 05 – Resultado dos Vereadores Eleitos, em 1988, apresentados por Estados e Partidos.

	AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOT*
PASS*					2												4										6
PC DO B	4	2			14	2	2		2	4			2	2			1	1				3	1	3	6		49
PCB					1		1		1	2			1	1	2			2	2			3					20
PCN																									4		4
PDC		30	145		294	34	19	230	35	1173	1	9	76	26	60	72	43	34	11	4	2		22	10	172	80	2582
PDS	40		8		162	375	83	97	128	402	10	10	175	180	34	275	145	17	190	25		1239	728	96	996		5415
PDT	3	47	18	7	140	91	69	27	86	250	39	53	43	49	147	13	247	180	17	30	1	809	78	6	370	2	2822
PFL	18	347	168	28	1317	708	212	299	642	2194	212	261	68	291	501	536	519	155	379	14	84	233	429	410	1554	114	11693
PH		1								2									1								4
PHN																									1		1
PJ		1		1						38			7		2			6						7	1		63
PL		44	10	3	110	44	34	157	65	321	3	72	8	437	29	8	196	91	358	10	3	23	6	116	441	24	2613
PMB		5	16	2	141	237			22	93			4	44	202			2		4					3		975
PMC							3																		6		9
PMDB	61	242	212	28	1550	833	324	1039	398	3191	314	345	438	699	539	347	1473	219	587	94	21	1423	881	150	2912	262	18582
PMN															3			1									4
PPB					9			1										3							5		18
PRP																									9		9
PS										4								3									7
PSB		46	23	2	56	33	15	11	19	31		1	34	36	40	9		33	3			26		30	132		580
PSC		18			218	24	10	2		56					9		10	5					1		18		371
PSD						8	4		1				2		4				3						23		45
PSDB		2	2		13	2	19		1	51	5			2	4		2	1		3		12	16		87		222
PSP															4										2		6
PT	6	9	5	2	28	26	73	69	10	315	4	13	53	7	5	6	49	16	7	25		154	65	5	327		1279
PTB		199	32	8	377	133	138	4	190	397	188	96	177	28	124		672	51	21	31	21	10	6	7	1211	1	4122
PTN																			1								1
PTR		12			4	23		9	1				4					47	7						28	1	136
PV							1											3					2		11		17
TOTAL DE VEREADORES EM TODO O BRASIL - 51.455																											

*PASS = PASSART

*TOT. = TOTAL

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1998, p. 89).

Seguindo-se a análise do Quadro 5, destaca-se, de forma analítica a densidade eleitoral tucana nas eleições para as Câmaras Municipais.

As cadeiras legislativas tucanas ficariam assim distribuídas entre os estados brasileiros: 02 vereadores em Alagoas; 02 vereadores no Amazonas; 13 vereadores na Bahia; 02 vereadores no Ceará; 19 vereadores no Espírito Santo; 01 vereador no Maranhão; 51 vereadores em Minas Gerais; 05 vereadores no Mato Grosso do Sul; 02 vereadores na Paraíba; 04 vereadores em Pernambuco; 02 vereadores no Paraná; 01 vereador no Rio de Janeiro; 03 vereadores em Roraima; 12 vereadores no Rio Grande do Sul; 16 vereadores em Santa Catarina e 87 vereadores em São Paulo.

A conquista das 222 cadeiras para o Poder Legislativo municipal representariam, um percentual de, 0,4315% para o PSDB.

Passados quatro anos do primeiro teste eleitoral, e, neste momento, já mais estruturado externamente e “amadurecido” pela passagem de uma eleição presidencial no ano de 1989, o PSDB, sairia das urnas no pleito de 1992, consagrado eleitoralmente.

Das 18 prefeituras que o Partido havia conquistado em 1988, o que havia significado 0,4196% do total das 4.289 prefeituras de todo o país, o PSDB passaria a administrar, a partir deste pleito, um total de 291 executivos municipais, dando um salto quantitativo extraordinário.

O crescimento acima ficaria na ordem percentual de aproximadamente 1.600%. O sucesso eleitoral surpreenderia até os próprios tucanos.

Como uma espécie de prêmio o Partido na eleição de 1992 conquistaria, na relação com os demais Partidos nacionais, o maior número de prefeituras de Capitais: Macapá-AP; Porto Velho-RO; Natal-RN; Salvador-BA; Teresina-PI e Vitória-ES (Ver Quadro 6).

No poder legislativo municipal, o PSDB também apresentaria um excelente salto quantitativo.

Das 222 cadeiras conquistadas em 1988, o número em 1992 subiria para 3.250. Isto representaria um crescimento 1.464%. Ver informações no (Quadro 6).

QUADRO 6 – PSDB/ELEIÇÃO 1992 (RESUMO)

UF	Capital			Interior			Total		
	*Pref.	*Vice	*Ver.	*Pref.	*Vice	*Ver.	*Pref.	*Vice	*Ver.
AC	-	1	1	-	-	1	-	1	2
AP	1	-	1	-	2	7	1	2	8
AM	-	-	5	5	8	50	5	8	55
PA	-	-	-	4	2	60	4	2	61
RO	1	-	4	2	3	33	3	3	37
RR	-	-	1	1	-	3	1	-	4
TO	-	-	-	3	2	36	3	2	36
MT	-	1	3	-	1	17	-	2	20
MS	-	-	1	3	-	27	3	-	28
GO	-	1	2	2	5	35	2	6	37
MA	-	-	2	7	3	80	7	3	82
PI	1	1	8	5	1	78	6	2	83
CE	-	-	-	90	-	1000	90	-	1000
RN	1	-	-	5	22	100	6	22	100
PB	-	-	1	8	2	116	8	2	117
PE	-	1	1	3	4	40	3	5	41
AL	-	-	-	6	7	42	6	7	42
SE	-	-	2	2	2	18	2	2	20
BA	1	-	3	10	6	149	11	6	152
ES	1	-	7	3	2	37	4	2	44
MG	-	-	6	55	75	365	55	75	371
RJ	-	-	2	3	4	69	3	4	71
SP	-	-	5	49	54	626	49	54	631
PR	-	-	2	15	10	123	15	10	125
SC	-	-	1	2	6	37	2	6	38
RS	-	-	-	2	7	45	2	7	45
BRASIL	6	5	58	285	228	3194	291	233	3250

*PREF. = Prefeitos. ; *VICE= Vice-prefeitos;

*VER. = Vereadores.

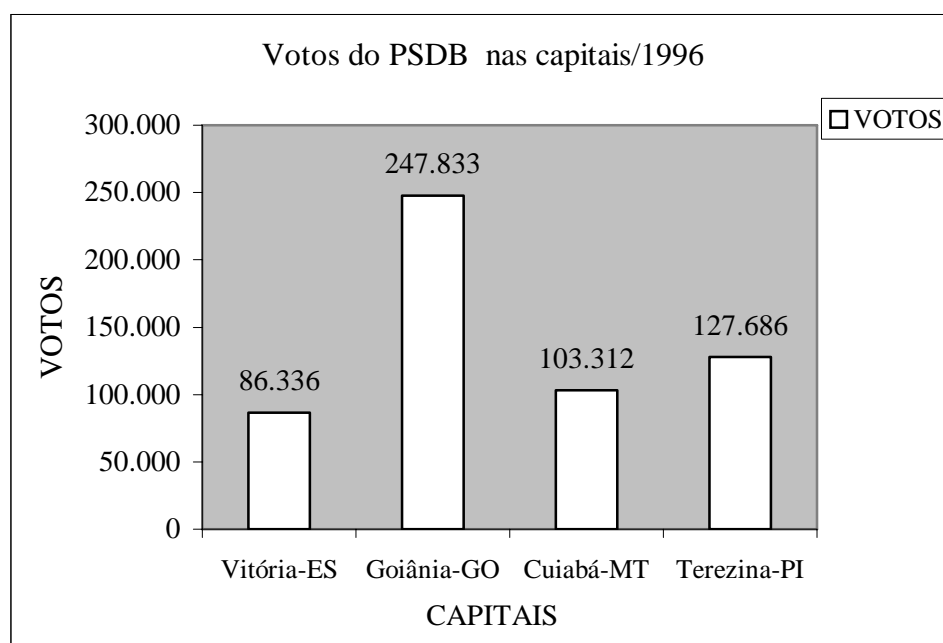
Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 91).

Nas eleições de 1996, o PSDB passaria por um novo teste eleitoral. O resultado em termos de conquistas de capitais, não seria o mesmo de quatro anos

atrás, pois o partido reduziria 2 capitais, passando de 6 para 4. Os tucanos ficariam, assim, representados, quanto as capitais brasileiras após as eleições municipais de 1996: Vitória-ES, Goiânia-GO, Cuiabá-MT e Terezina-PI. Nessas capitais a soma de votos seria de 565.167, representando um percentual de 0,87% do eleitorado. Das 4 Capitais em que o PSDB sairia vitorioso, em Goiânia, a conquista viria somente no segundo turno das eleições (Figura 2)..

Destaca-se que, embora o Partido tenha diminuído em 2 capitais, a eleição de 1996 seria extremamente vultuosa para os tucanos.

FIGURA 2 – Número de votos nas capitais que o PSDB conquistou no ano de 1996, para Prefeito.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

Comparativamente com as eleições municipais de 1992, quando o Partido havia conquistado o número de 291 prefeituras e participado de 233 coligações vitoriosas na qualidade de vice-prefeito, nas eleições de 1996, o PSDB daria um salto quantitativo extraordinário, subindo para 910 prefeituras. Isto representaria a hegemonia política em 17,0% das prefeituras do país.

O crescimento de 1996, em relação ao ano de 1992, ficaria percentualmente na ordem de 287% (Quadro 7).

QUADRO 7 – Prefeitos e Vereadores Eleitos em 1996, por Partido.

PARTIDO	PREFEITOS				VEREADORES			
	Nº *Pref	%	Votos	%	Nº. *Ver.	%	Votos	%
PMDB	1.288	24,07	6.625.815	15,83	12.953	22,35	5.117.423	19,16
PFL	928	17,34	6.778.506	17,16	10.095	17,42	4.166.267	15,60
PSDB	910	17,00	6.294.147	15,92	8.366	14,44	3.793.291	14,20
PPB	624	11,66	7.154.482	18,10	7.173	12,38	3.837.129	14,37
PDT	435	8,13	3.732.565	9,44	4.506	7,78	2.154.707	8,07
PTB	382	7,14	2.209.089	5,59	4.211	7,27	1.923.554	7,20
PL	221	4,13	983.558	2,49	2.993	5,17	1.370.552	5,13
PSB	150	2,80	2.210.355	5,59	1.303	2,25	671.497	2,51
PSD	116	2,17	598.496	1,51	1.281	2,21	483.767	1,81
PT	111	2,07	2.000.672	5,06	1.881	3,25	1.524.543	5,71
PSC	49	0,92	208.156	0,53	701	1,21	329.024	1,23
PPS	32	0,60	140.997	0,36	486	0,84	254.783	0,95
PRP	30	0,56	220.477	0,56	377	0,65	135.953	0,51
PMN	30	0,56	143.893	0,36	481	0,83	254.933	0,96
PV	13	0,2	87.333	0,22	207	0,36	105.336	0,40
PSL	11	0,21	27.520	0,07	311	0,54	147.013	0,55
PST	09	0,17	26.990	0,07	161	0,28	75.756	0,28
PT do B	04	0,07	40.349	0,10	108	0,19	85.182	0,32
PSN	02	0,04	21.739	0,05	10	0,02	6.905	0,03
PSDC	02	0,04	9.002	0,02	81	0,14	31.278	0,12
PRTB	02	0,04	6.184	0,02	29	0,05	7.636	0,03
PTN	01	0,02	13.904	0,04	32	0,06	18.884	0,07
PRONA	01	0,02	1.276	0,01	32	0,06	29.078	0,11
PC do B	00	0,00	00	00	95	0,16	152.231	0,57
PRN	00	0,00	00	00	61	0,11	22.359	0,08
PGT	00	0,00	00	00	07	0,01	5.064	0,02
PAN	00	0,00	00	00	05	0,01	4.627	0,02
TOTAL	5.351	100%	39.535.485	100%	57.946	100%	26.708.772	100%

*Pref. = Prefeitos;

*Ver. = Vereadores;

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 111).

No Quadro 8, apresenta-se o número de prefeituras e cadeiras nos legislativos municipais por estados, em disputa nas eleições municipais de 2000. Neste quadro, também se torna possível identificar o número de prefeituras e vereanças conquistadas pelos sociais-democratas brasileiros. Torna-se ainda possível visualizar, analiticamente por estados, qual o número de candidatos que

concorreram pelo PSDB e não conseguiram alcançar o quociente eleitoral para elegerem-se.

QUADRO 8 – Número de Prefeituras e Câmaras de Vereadores conquistadas e perdidas pelo PSDB, nas eleições municipais de 2000.

UF	PREFEITURAS EM DISPUTAS	PREFEITURAS CONQUISTAS E PERDIDAS/PSDB		CADEIRAS LEGISLATIVAS EM DISPUTAS	VEREADORES ELEITOS E NÃO ELEITOS/PSDB	
AC	22	3	3	209	24	-
AL	102	30	15	1.016	164	12
AM	62	8	15	630	97	27
AP	16	2	6	166	22	5
BA	417	25	46	4.707	295	104
CE	184	83	52	2.506	775	16
ES	78	19	22	994	166	12
GO	246	61	79	2.468	489	57
MA	217	17	34	2.349	230	78
MG	853	136	154	9.095	1.325	324
MS	77	23	22	787	144	16
MT	139	54	50	1.416	377	-
PA	143	46	47	1.547	295	50
PB	223	23	36	2.497	274	37
PE	184	29	31	1.978	248	61
PI	222	50	41	2.118	419	23
PR	399	96	77	4.009	696	122
RJ	92	11	21	1.290	134	105
RN	167	11	15	1.648	101	40
RO	52	4	8	527	44	37
RR	15	3	4	159	17	20
RS	497	14	27	5.123	179	130
SC	293	19	18	2.995	203	115
SE	75	21	23	806	192	-
SP	645	177	216	8.011	1.469	275
TO	139	22	17	1.269	138	47
TOTAL	5.559	987	1.079	60.320	8.517	1.713

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

Nas eleições municipais de 2000, estavam em disputa 5.559 vagas para o executivo e 60.320 vagas para o legislativo. Destas o PSDB faria 987 prefeituras, representando um percentual de 17,80%.

Sinteticamente dividida a conquista tucana entre as 5 grandes regiões brasileiras, o mapa político ficaria assim representado: a Região Centro-Oeste com 138 prefeituras proporcionaria ao Partido a soma de 710.355 votos e um percentual de conquista de 2,48%. Internamente, na UF, este índice ficaria em 13,93% (Quadro 9).

Na Região Nordeste, o número de conquistas, em relação ao Centro-Oeste, dobraria. O Partido atingiria a quantia de 289 prefeituras ficando com mais de 1 milhão de votos, mais precisamente 1.727.645 votos, de um total regional de 12.334.657 eleitores. A representatividade desta votação daria ao PSDB um percentual nacional de 5,20% e um percentual estadual de 29,19%.

Nos estados do norte brasileiro, onde estavam em disputa 447 cadeiras para os executivos, o PSDB conquistaria 88 prefeituras, somando a quantia de 506.892 votos de um total regional de 2.082.784 votantes. Nacionalmente, estes votos, significariam um percentual de 1,58%, enquanto que na relação com os outros partidos, a conquista se daria na ordem de 8,88%.

Entre os estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, pertencentes a região Sudeste, o PSDB faria 343 prefeitos em primeiro turno e 2 em segundo turno, com a quantia de 20.909.486 votos. Nessa região estavam em disputa 1.652 prefeituras, em primeiro turno e 16 em segundo turno. No cômputo geral do país, a região sudeste daria ao Partido da Social Democracia Brasileira, uma fatia de 6,20% do eleitorado, ficando internamente com um saldo percentual de 34,84%.

E por fim, nos estados da região Sul os tucanos conquistariam em primeiro turno, o número de 129 prefeituras, do total de 1.182 que estavam em jogo. Em segundo turno, o Partido sairia vencedor em apenas 1 disputa, das 7 que estavam sendo perseguidas. Das conquistas em primeiro turno, o PSDB somaria 651.577 votos, dos 6.028.770 que estavam para serem buscados. Em segundo turno, o partido alcançaria, com a vitória numa única prefeitura, 86.223 votos, dos

1.499.497 disputados. Os estados do Sul dariam aos tucanos, uma representatividade nacional de 2,34% e atingiriam internamente uma percentagem de 13,16%.

QUADRO 9 – Prefeituras, votos e percentuais conseguidos pelo PSDB nas eleições para os executivos municipais de 2000.

REGIÕES	PREFEITURAS DO PSDB	VOTOS	PERCENTUAL GERAL	PERCENTUAL INTERNO
Centro-Oeste	138	710.355	2,48	13,93
Nordeste	289	1.727.645	5,20	29,19
Norte	88	506.892	1,58	8,88
Sudeste	345	20.909.486	6,20	34,84
Sul	130	737.800	2,34	13,16
TOTAL	990	24.592.178	17,80%	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações Fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

4.2 - O PSDB em seu desempenho para a Câmara Alta do país.

Os tucanos já nasceriam como Partido Político, com uma expressiva bancada federal: 8 Senadores da República e 40 Deputados federais. Os domicílios eleitorais estariam nos mais diversos – e pode-se dizer, também, nos mais importantes econômica e politicamente – estados.

A grande maioria dos componentes da primeira Câmara Alta tucana seria formada por políticos provenientes da célula mãe principal: o PMDB (Quadro 10).

QUADRO 10 – Primeira composição do PSDB no Senado Federal
(1990 – 1994).

NOME	PARTIDO ANTERIOR	UF
<u>Afonso Arinos de Melo Franco</u>	PFL	RJ
<u>Fernando Henrique Cardoso</u>	PMDB	SP
Francisco das <u>Chagas</u> C. <u>Rodrigues</u>	PMDB	PI
José <u>Ignácio</u> Ferreira	PMDB	ES
José <u>Paulo</u> Bisol	PMDB	RS
<u>José Richa</u>	PMDB	PR
<u>Mário Covas</u> Junior	PMDB	SP
<u>Roberto Pompeu de Souza</u> Brasil	PMDB	DF

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 83).

Na análise do Quadro 10, destaca-se o estado de São Paulo, com a cedência de dois Senadores. Este estado, mais tarde, viria dar ao partido grandes expoentes políticos. Dos 8 primeiros Senadores que ingressariam na sigla peessedebista, 4 viriam a receber um maior destaque político no cenário nacional.

Os Senadores com maior destaque do PSDB, são: Afonso Arinos, por ser um dos mais importantes juristas que a nação brasileira já conheceria; Mário Covas e José Richa, por representarem importantes estados da federação: São Paulo e Paraná, respectivamente³² e até o momento, a figura política mais ilustre dos tucanos: Fernando Henrique Cardoso. Este último sendo eleito Presidente da República por dois mandatos: 1994 – 1998 e 1999 – 2002.

Na corrida ao Senado Federal, o PSDB, nas eleições de 1994, faria 11 Senadores, crescendo 3 cadeiras em relação a primeira bancada. Os tucanos

³² Além da relevante importância para a nação brasileira dos estados do Paraná e de São Paulo, a também que se destacar, a grande habilidade política de José Richa e de Mário Covas, atributo indispensável para o sucesso no mundo político.

estariam representados, nos seguintes estados: Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima e Alagoas, todos com 01 representante cada. No estado do Ceará, os tucanos ficariam representados com duas cadeiras no Parlamento brasileiro. Aliás, este estado até os tempos atuais sempre tem correspondido eleitoralmente ao Partido da Social Democracia Brasileira (Quadro 11).

QUADRO 11 – Composição do PSDB No Senado Federal/1994

NOME	ESTADO
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ
CARLOS WILSON	PE
GERALDO MELLO	RN
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF
JOSÉ SERRA	SP
LÚCIO ALCANTARA	CE
LÚDIO COELHO	MS
OSMAR DIAS	PR
ROMERO JUCÁ	RR
SÉRGIO MACHADO	CE
TEOTÔNIO VILLELA	AL

Fonte: Site do Senado Federal. Data: 05 de dezembro de 2003.

Na Legislatura seguinte, 1998, a 50ª da República brasileira, o PSDB na relação com a 49ª Legislatura obteria novamente um crescimento numérico.

O Partido contaria, nesta fase, com 12 Senadores distribuídos, entre os estados da seguinte forma: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Roraima, Paraíba e Alagoas, todos com 01 representante cada. O estado do Ceará, por sua vez, contribuiria novamente para o ninho tucano com dois Senadores. (Quadro 12).

QUADRO 12 – Composição do PSDB no Senado Federal, após a eleição de 1998.

NOME	ESTADO
ANTERO PAES DE BARROS	MT
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO
FREITAS NETO	PI
GERALDO MELLO	RN
JOSÉ SERRA	SP
LÚCIO ALCANTARA	CE
LÚDIO COELHO	MS
LUIZ PONTES	CE
ROMERO JUCÁ	RR
RONALDO CUNHA LIMA	PB
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL

Fonte: Site do Senado Federal da República. Data: 05 de dezembro de 2003.

Até novembro de 2003, na composição da 51ª Legislatura (Quadro 13), o PSDB apresentava uma bancada de 11 Senadores, o que diante dos 81 Senadores da Casa, significa um percentual de 13,58%.

Os estados representados até o momento, são: Paraná, Mato Grosso, Amazonas, Minas Gerais, Tocantins, Alagoas, Santa Catarina, Goiás e Pernambuco, com 01 representante cada.

O Ceará, assim como na 50ª Legislatura, estaria representado junto a Câmara Alta do país, com 02 Senadores tucanos.

QUADRO 13 – Composição do PSDB no Senado Federal, na 51ª Legislatura (2003-2007)*

NOME	UF
ALVARO DIAS	PR
ANTERO PAES DE BARROS	MT
ARTHUR VIRGILIO	AM
EDUARDO AZEREDO	MG
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO
JOÃO TENÓRIO	AL
LEONEL PAVAN	SC
LÚCIA VÂNIA	GO
REGINALDO DUARTE	CE
SERGIO GUERRA	PE
TASSO GEREISSATI	CE

Fonte: Site do Senado Federal. Data: 05 de dezembro de 2003.

- Composição até o mês de novembro de 2003.

4.3 - A composição do PSDB para a Câmara Federal, desde a sua fundação até 2002, bem como, o perfil ocupacional dos eleitos.

De acordo com o Quadro 14, dos 40 Deputados que formaram a primeira bancada do PSDB na Câmara Federal, 34 deles seriam provenientes do PMDB; 01 viria do PTB; 03 seriam oriundos do PFL; 01 seria egresso do PSB e 01 seria “requisitado” do PDT.

São Paulo seria o Estado da maior dissidência peemedebista. De lá sairiam $\frac{1}{4}$ dos congressistas, ou seja, 10 Constituintes. Minas Gerais viria logo atrás, com 8 deputados; Rio de Janeiro cederia 03 representantes. Os três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul participariam com 02 parlamentares cada; Alagoas, Distrito Federal e Espírito Santo, também entrariam com 02 representantes por estado; Maranhão, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Bahia e Roraima participariam da fundação do novo Partido político brasileiro, com 01 representante de cada estado. Num comparativo entre as regiões brasileiras, verifica-se que o maior número de congressistas dissidentes é proveniente da região Sudeste do País, onde se encontram os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

QUADRO 14 – Primeira composição do PSDB na Câmara dos Deputados (1990 – 1994).

NOME	PARTIDO ANTERIOR	UF
<u>Ana Maria</u> <u>Martins</u> <u>Scorzelli</u> <u>Rattes</u>	PMDB	RJ
<u>Antonio</u> de <u>Pádua</u> <u>Perosa</u>	PMDB	SP
<u>Caio Sergio</u> <u>Pompeu</u> de <u>Toledo</u>	PMDB	SP
<u>Carlos Alberto</u> <u>Cotta</u>	PMDB	MG
<u>Carlos</u> <u>Eduardo</u> <u>Venturelli</u> <u>Mosconi</u>	PMDB	MG
<u>Célio</u> de <u>Castro</u>	PMDB	MG
<u>Dirce Maria</u> <u>Tutu</u> do <u>Valle</u> <u>Quadros</u>	PTB	SP
<u>Elizabeth</u> <u>Azize</u>	PSB	AM
<u>Euclides</u> <u>Girolamo</u> <u>Scalco</u>	PMDB	PR
<u>Fábio</u> <u>José</u> <u>Feldmann</u>	PMDB	SP
<u>Francisco</u> <u>Assis</u> <u>Kuster</u>	PMDB	SC
<u>Geraldo</u> <u>José R.</u> <u>Alckmin</u> <u>Filho</u>	PMDB	SP
<u>Hermes</u> <u>Zaneti</u>	PMDB	RS
<u>Jayme</u> <u>Manoel T.</u> de <u>Neiva</u> <u>Santana</u>	PFL	MA
<u>João</u> <u>Pimenta</u> da <u>Veiga</u> <u>Filho</u>	PMDB	MG
<u>José Carlos</u> <u>Grecco</u>	PMDB	SP
<u>José Oliveira</u> <u>Costa</u>	PMDB	AL
<u>José Alves</u> <u>Vieira</u> <u>Guedes</u>	PMDB	RO
<u>José Renan</u> <u>Vasconcelos</u> <u>Calheiros</u>	PMDB	AL
<u>José Serra</u>	PMDB	SP
<u>Kovu</u> <u>Iha</u>	PMDB	SP
<u>Luís Carlos</u> <u>Sigmaringa</u> <u>Seixas</u>	PMDB	DF
<u>Luiz Otávio</u> <u>Ziza</u> <u>Motta</u> <u>Valadares</u>	PMDB	MG
M ^a <u>Cristina</u> de <u>Lima</u> <u>Tavares</u> <u>Correia</u>	PMDB	PE
<u>Maria de Lourdes</u> <u>Abadia</u> <u>Bastos</u>	PFL	DF
<u>Mauro</u> <u>Fernando</u> <u>Orozino</u> <u>Campos</u>	PMDB	MG
<u>Moema</u> <u>Correia</u> <u>São</u> <u>Thiago</u>	PDT	CE
<u>Nelton</u> <u>Miguel</u> <u>Friedrich</u>	PMDB	PR
<u>Octávio</u> <u>Elísio</u> <u>Alves</u> de <u>Brito</u>	PMDB	MG
<u>Paulo A.</u> <u>Artur</u> da <u>Távola</u> <u>M. M.</u> <u>Barros</u>	PMDB	RJ
<u>Paulo</u> de <u>Tarso</u> <u>Tavares</u> <u>Filho</u>	PMDB	SP
<u>Robson</u> <u>Riedel</u> <u>Marinho</u>	PMDB	SP
<u>Ronaldo César</u> <u>Coelho</u>	PMDB	RJ
<u>Rosilda</u> de <u>Freitas</u>	PMDB	ES
<u>Saulo</u> <u>Garcia</u> <u>Queiroz</u>	PFL	MS
<u>Sílvio</u> de <u>Andrade</u> <u>Abreu</u> <u>Júnior</u>	PMDB	MG
<u>Vasco</u> <u>Alves</u> de <u>Oliveira</u> <u>Júnior</u>	PMDB	ES
<u>Vicente</u> <u>Joaquin</u> <u>Bogo</u>	PMDB	RS
<u>Vilson</u> <u>Luiz</u> de <u>Souza</u>	PMDB	SC
<u>Virgildásio</u> de <u>Senna</u>	PMDB	BA

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 84).

Destacando o perfil ocupacional dos primeiros congressistas do Partido da Social Democracia Brasileira, quando componentes da Assembléia Nacional Constituinte (junho de 1988), percebe-se que, em sua grande maioria, a bancada era composta de políticos oriundos da área comercial e de profissionais liberais ligados, principalmente, a área do Direito. (Ver Quadro 15).

QUADRO 15 – Perfil ocupacional do PSDB, na Assembléia Nacional Constituinte (Junho/1988).

ÁREA	PSDB	ANC
Agricultura	6,3	16,3
Comércio	22,9	21,6
Industria/ Transportes	-	5,4
Advogado/Juiz	22,9	9,1
Profissionais da Saúde	12,5	7,0
Educação	12,5	9,3
Jornalismo	10,4	9,1
Funcionário público	2,1	12,9
Militar	-	0,9
Outras profissões	10,4	8,4
TOTAL %	100,0%	100,0%
TOTAL (N)	(48)	(559)

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 105).

ANC = Assembléia Nacional Constituinte

Através do Quadro 16, torna-se possível identificar o perfil ocupacional dos Deputados eleitos para a Legislatura que se iniciaria no ano de 1990.

Nele – Quadro 16 – nota-se que a ocupação principal dos Deputados do PSDB continua centrada na função empresarial, alcançando um índice de 29,8% entre os eleitos, percentual, que representava quase 1/3 da bancada.

Contudo, se comparado a quantidade de empresários do Partido com as demais bancadas, tal índice torna-se apenas razoável.

Na mesma direção do descrito, no parágrafo anterior, outra informação que merece destaque é o alto percentual de congressistas tucanos ligados a área das Ciências Humanas.

Os 13,5% de profissionais da área das Ciências Humanas ficaria atrás somente da bancada petista, que estaria representada por 17,4%³³. Neste pleito não houve nenhum Servidor Público eleito pelo PSDB.

Sobre a formação ocupacional e as parcelas da população brasileira, que deveriam estar representadas no partido tucano, João Gilberto assim destaca: “O Partido era para ser desenhado. Era para ter Comitê de fábrica, Comitê de Escola, Comitê de bairro. Está funcionando: não. A gente chama isso de núcleo de base. Você vê isso nas propostas. Está tudo aí. Quer dizer: funcionou? Não” (João Gilberto: entrevista. Abril, 2003).

Relacionando a ocupação profissional dos tucanos da primeira bancada federal com os demais partidos, verifica-se que não existe nenhuma semelhança mais profunda. “Assim, embora tenha semelhanças parciais com outras bancadas³⁴, o perfil do PSDB, não se assemelha a nenhum outro partido, como os perfis do PDS e PFL, por exemplo”. No entanto, existe uma ligeira aproximação a bancada do “(...) PDT em termos de empresários, advogados e engenheiros, e ao do PMDB quanto a médicos e jornalistas, e ao do PT em relação aos engenheiros e ciências humanas” (MARQUES & FLEISCHER: 1999, p. 106-07).

³³ No Quadro 16 a bancada petista apresenta internamente o índice de 17,4% de profissionais ligados a área das Ciências Humanas. Este índice é inferior somente aos profissionais ligados a área sindicalista, na medida em que estes, estão representados com um percentual de 57,1% dos congressistas.

³⁴ “Já com uma bancada reduzida (de 40 para 37 deputados) em 1991, observamos que o perfil do PSDB se aproxima mais ao do PDT em termos de empresários, advogados e engenheiros, e ao do PMDB quanto a médicos e jornalistas, e ao do PT em relação aos engenheiros e Ciências Humanas” (MARQUES & FLEISCHER: 1999, p. 106-07).

QUADRO 16 – Perfil Ocupacional da Câmara dos Deputados eleita em 1990 por Partido (em %).

Profissão/ Ocupacional								Part. Pequenos			
	PMDB	PFL	PDT	PDS	PRN	PTB	PSDB	PT	Esq*	Dirt@	Total
Empresários	40,4	42,7	23,4	54,7	51,2	52,6	29,8	--	5,0	67,3	39,9
Advogados	21,1	19,6	17,0	19,0	14,7	18,5	16,2	11,4	30,0	9,6	17,7
Méd/Dent.	11,9	6,2	4,3	4,8	2,4	7,9	10,8	2,8	20,0	7,7	7,7
Economistas	2,8	7,3	19,1	4,8	4,9	--	8,1	5,7	--	--	5,4
Sindicalistas	--	--	4,3	--	--	2,6	--	57,1	10,0	--	5,0
Engenheiros	5,5	7,3	6,4	7,1	4,9	10,6	2,7	2,8	5,0	1,9	5,6
Ciências Humanas	6,4	7,3	4,3	4,8	2,4	2,6	13,5	17,4	20,0	--	6,7
Jornalistas	4,6	1,2	14,9	2,4	12,3	2,6	5,4	2,8	--	--	4,6
Serviço Público	1,8	2,4	2,1	--	--	2,6	--	--	--	1,9	1,4
Bancários	--	2,4	--	--	2,4	--	2,7	--	--	3,9	1,2
Militares	0,9	--	2,1	--	--	--	--	--	--	3,9	0,8
Adm./Cont.	0,9	1,2	--	--	--	--	2,7	--	--	1,9	0,8
Religiosos	--	--	--	--	2,4	--	2,7	--	--	--	0,4
Geo./Eco/ TA#	--	--	2,1	2,4	--	--	--	--	5,0	--	0,6
Não sabe	3,7	2,4	--	--	2,4	--	5,4	--	5,0	1,9	2,2
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL (N)	(109)	(82)	(47)	(42)	(41)	(38)	(37)	(35)	(20)	(52)	(503)

* Pequenos Partidos da Esquerda (PSB, Pcdob, PCB & PMN).

@ Pequenos Partidos da Direita (PDC, PL, PSC, PRS, PST, PTR & PSD).

Geólogos, Ecologistas & Técnicos – Agrícolas.

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 106).

Na eleição de 1994, o PSDB, novamente aumentaria a sua bancada federal em relação à legislatura anterior. Das 513 cadeiras disponíveis no Parlamento brasileiro na eleição de 1994, os tucanos obteriam vaga para 62 representantes. Isto significaria um percentual de 12,08% da Câmara Federal.

A bancada tucana crescerá em 25 Deputados, na relação com a Legislatura passada. Percentualmente, este crescimento significaria um índice de 67,56%. Nesta eleição, 1994, os tucanos eleitos assemelhar-se-iam mais aos “partidos de esquerda: PT (advogados e jornalistas), PDT (engenheiros) e pequenos partidos de esquerda (empresários e advogados)”, por um lado, e, por outro, assemelhar-se-iam mais aos partidos “do centro e direita: PMDB (servidores públicos), PTB (engenheiros) e PPR (engenheiros e servidores públicos)” (MARQUES & FLEISCHER: 1999, p. 108-09).

Ainda sobre os eleitos de 1994, à Câmara Federal, nota-se que o PSDB já apresentaria, mesmo que de forma incipiente, alguma coisa do que pretendia

quando da sua fundação – conforme declarara João G. L. Coelho, na medida em que obteria um percentual de 1,6% de representantes sindicais e 4,8% de representantes do Serviço Público (Quadro 17).

No Quadro 17, pode-se verificar que, embora o Partido tucano apresentasse um pequeno declínio em relação aos representantes ligados a área das Ciências Humanas, 13,5% em 1990 para 8,1% em 1994, e, na área empresarial decaindo, de 29,8% em 1990 para 21,0% em 1994, o PSDB daria sinais de constituir uma bancada mais homogênea e representativa (MARQUES & FLEISCHER, 1999).

QUADRO 17 – Perfil Ocupacional da Câmara dos Deputados eleita em 1994 por Partido (em %).

Profissão/ Ocupacional	PMDB	PFL	PSDB	Part. Pequenos							Total
				PT	PPR	PP	PTB	PDT	Esq*	@Dirt	
Empresários	34,6	39,3	21,0	--	32,1	55,4	41,9	33,3	28,1	52,4	32,3
Advogados	23,4	19,5	16,1	16,3	22,6	11,1	25,8	30,3	18,8	9,5	19,9
Médico/Dentista	16,0	7,9	21,0	10,2	3,7	5,6	9,7	15,2	12,5	14,3	11,9
Economistas	3,7	3,3	11,3	4,1	7,5	5,6	--	3,0	3,1	--	4,7
Sindicalistas	0,9	--	1,6	20,5	--	--	--	--	--	--	2,3
Engenheiros	5,6	14,6	6,4	12,2	5,7	8,3	6,5	6,1	3,1	9,5	8,2
Ciênc. Humanas	5,6	3,3	8,1	16,3	5,7	2,8	--	6,1	18,8	--	6,6
Jornalistas	1,9	2,2	8,1	8,2	1,9	--	9,7	3,0	6,3	--	3,9
Serv. Pub.	3,7	3,3	4,8	2,0	5,7	--	3,2	--	3,1	--	3,1
Bancários	0,9	--	1,6	8,2	1,9	--	--	--	3,1	--	1,6
Militares	--	--	--	--	--	1,9	2,8	--	--	--	0,4
Adm./Cont.	1,9	3,3	--	--	7,5	2,8	--	3,0	3,1	9,5	2,7
Religiosos	0,9	--	--	2,0	1,9	5,6	3,2	--	--	4,8	1,4
Geo/Tec.Ag.#	--	1,1	--	--	1,9	--	--	--	--	--	0,4
Não Sabe	0,9	2,2	--	--	--	--	--	--	--	--	0,6
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL (N)	(107)	(89)	(62)	(49)	(53)	(36)	(31)	(33)	(32)	(21)	(513)

* Pequenos Partidos da Esquerda (PSB, Pcdob, PPB, PMN & PV).

@ Pequenos Partidos da Direita (PL, PSC, PSD, PRP & PRN).

Geólogos & Técnicos – Agrícolas.

Fonte: MARQUES & FLEISCHER (1999, p. 107).

No Quadro 18, encontra-se o número de deputados Federais eleitos pelo PSDB na eleição de 1998, bem como a quantidade de votos que os legisladores receberam e ainda, os votos que foram destacados para a legenda.

Em 1998, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB obteria 99 cadeiras na Câmara Baixa brasileira. Destas 99 cadeiras, o estado do Ceará ficaria com 12 parlamentares, o estado de Minas Gerais com 14 Deputados, o estado do Rio de Janeiro com 11 cadeiras, e o estado de São Paulo, com 15 representantes, sendo os estados de maior destaque eleitoral para os tucanos.

Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo somariam juntos, através de seus 40 representantes, um percentual de 40,40% do total de cadeiras dos tucanos a Câmara Federal.

A soma dos votos dos Deputados eleitos pelos três estados do Sudeste, mencionados no parágrafo anterior chegaria a quantia de 4.831.182 votos, de um total de 9.386.138 votos que o Partido viria a conquistar nesta eleição.

Isto significa dizer, que os 3 estados, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro conquistariam percentualmente em termos de votos, o índice de 51,47%.

Os votos na legenda representariam um percentual ainda maior, na medida em que o índice chegaria a 60,47%, dados os 1.388.290 votos, repassados aos tucanos, de um universo geral de votantes entre os três estados, de 2.295.818 eleitores.

Na vida tucana também merece destaque o estado do Ceará, pois contribuiria sozinho com 12 parlamentares. Estes seriam eleitos, com a soma de 1.054.960 de votos representando uma conquista em termos de unidade de federação, de 44,74%.

Transportando a análise do Quadro 18 para o contexto nacional, onde os Deputados Federais tucanos receberiam uma votação de 9.386.138 votos nominais, verifica-se que o PSDB conquistaria uma parcela significativa dos eleitores brasileiros, atingindo quase um 1/6 dos votos nacionais, o que daria um índice percentual de 16,41% dos votos do país.

Acre e Rio Grande do Norte, são as únicas UF brasileira, onde o PSDB não conseguira eleger nenhum Deputado Federal no pleito de 1998 (Quadro 18).

QUADRO 18 – Eleitos, números de votos nominais e na legenda para Deputados Federais do PSDB (Eleição de 1998).

UF	ELEITOS/VOTOS NOMINAIS			VOTOS NA LEGENDA		TOTAL	
AC	--	9.348	5.2058%	2.669	9.9038%	12.017	5.8189%
AL	2	121.441	17.7170%	37.985	21.9824%	159.426	18.5758%
AM	1	92.420	12.0856%	18.208	20.0862%	110.628	12.9335%
AP	3	23.279	14.6972%	2.116	11.1298%	25.395	14.3149%
BA	6	383.933	10.5560%	85.803	16.6564%	469.736	11.3128%
CE	12	1.054.960	44.7487%	91.785	30.3771%	1.146.745	43.1160%
DF	1	65.279	7.5028%	20.127	15.6105%	85.406	8.5492%
ES	3	246.999	22.9604%	51.738	38.1957%	298.737	24.6643%
GO	2	160.616	9.8869%	74.914	32.5905%	235.530	12.7011%
MA	3	216.883	15.5903%	18.644	12.4984%	235.527	15.2908%
MG	14	1.537.405	23.7628%	221.117	29.8062%	1.758.522	24.3844%
MS	2	110.363	15.7057%	26.599	27.9237%	136.962	17.1642%
MT	3	252.107	35.7494%	54.750	47.1231%	306.857	37.3582%
PA	4	304.292	20.0120%	56.832	28.1612%	361.124	20.9669%
PB	1	84.911	7.9687%	18.227	15.0034%	103.138	8.6887%
PE	1	114.248	4.6162%	79.234	19.1234%	193.482	6.6966%
PI	1	76.294	9.0115%	11.880	13.1259%	88.174	9.4089%
PR	5	521.110	14.4734%	100.725	26.7635%	621.835	16.3778%
RJ	11	1.033.110	17.9317%	313.377	23.2303%	1.346.487	18.9369%
RN	--	54.821	5.9890%	17.834	14.3750%	72.655	6.9899%
RO	2	71.234	17.4647%	14.608	28.1426%	85.842	18.6701%
RR	2	18.861	16.9512%	3.771	25.1299%	22.632	17.9232%
RS	2	281.506	6.6111%	60.763	10.2466%	342.269	7.0555%
SC	1	167.801	7.9034%	36.126	16.6528%	203.927	8.7145%
SE	1	78.224	15.2873%	16.824	20.6371%	95.048	16.0225%
SP	15	2.260.667	17.9707%	853.796	28.1859%	3.114.463	19.9531%
TO	1	44.026	11.5907%	5.366	16.0971%	49.392	11.9542%
TOTAL	99	9.386.138	16.4155%	2.295.818	24.3670%	11.681.956	17.5404%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000). Estatística de Candidatos e Eleições de 1998 (Votação para Deputado Federal por Partido/UF). Informação atualizada no ano de 2000.

Dentro do campo da análise ocupacional dos peessedebistas – Quadro 19 - eleitos no pleito de 1998 para a função de Deputado Federal, nota-se, novamente, uma grande incidência de profissionais liberais ligados à área do Direito. Estes no

ano de 1998 apresentam um índice percentual de 20,07% no computo geral, permanecendo um pouco abaixo dos peessedebistas, que apontam para um índice de 20,20% percentuais.

O PDT, assim como os tucanos, é outro partido que aparece com grande destaque na área das Ciências Jurídicas, na medida em que surge com um percentual de 44,0% dos eleitos.

Os profissionais da área da saúde também possuem uma boa representatividade dentro do ninho tucano, pois alcançam um índice interno de 13,13% das vagas. Entretanto, em outras ocupações profissionais, não se observa nada que desponte com maior destaque entre os representantes sociais-democratas brasileiros.

É necessário ainda acrescentar que, na relação com os demais Partidos que compunham a Câmara Federal em 1998, a bancada peessedebista apresentaria uma composição ocupacional profissional semelhante aos partidos considerados de Centro e de Direita, aproximando-se, ligeiramente, ao PMDB e ao PFL.

Verifica-se, quando da análise do Quadro 19, que o PSDB, contrariando o que dava sinais em 1994, retrocederia quanto à homogeneidade de sua bancada, no tocante quanto ao perfil ocupacional, ao contrário, por exemplo, do que se pode notar nos partidos situados mais a Esquerda, tais como: PDT, PT e PSB.

Ainda sobre o Quadro 19, nota-se, com destaque, o grande índice de “Empresários/Industrial” eleitos pelos partidos considerados de Direita no cenário político brasileiro.

Vejamos os índices: O Partido Progressista Brasileiro³⁵ apresentava um percentual de 21,67%; o Partido Liberal possuía 1/4 entre os eleitos, ou seja, 25%; o Partido Trabalhista Brasileiro, também continha um alto percentual significando 22,58%.

O índice de “Empresários/Industrial” eleitos para o Congresso Nacional, no pleito de 1998 com uma média geral de 10,75%, estaria abaixo apenas dos profissionais da área do Direito, que significavam 20,07% dos eleitos.

³⁵ O Partido Progressista Brasileiro – PPB, hoje está representado na arena política do país pelo Partido Progressista – PP. O PPB apresentava uma bancada de 60 parlamentares; o PL continha uma bancada de 12 congressistas e o PTB, havia elegido 31 Deputados Federais.

QUADRO 19 – Perfil ocupacional dos Deputados Federais eleitos no pleito de 1998, por partido (em %).

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL												
	PPB	PDT	PTB	PT	PMDB	PFL	PSDB	PL	PSB	OUTROS*	TOTAL	
Corretor/Gerente	1,67	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,33	0,0	0,0	0,3	
Membro Religioso	6,67	0,0	12,90	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,77	1,77	
Empresário/Industrial	21,67	8,00	22,58	0,0	13,25	10,48	6,06	25,00	11,11	0,0	10,75	
Médico/Odontólogo	5,00	16,00	9,68	11,86	14,46	10,48	13,13	16,67	11,11	9,53	11,5	
Advogado	16,67	44,00	9,68	8,47	22,89	22,86	20,20	8,33	27,78	23,80	20,07	
Economista/Adm.	3,33	0,0	6,45	3,39	10,84	10,48	7,07	0,0	22,22	0,0	7,21	
Engenheiro/Arquiteto	8,33	12,00	3,23	5,08	8,43	13,33	6,06	16,67	5,56	14,28	8,77	
Estudante	1,67	0,0	0,0	0,0	1,20	0,95	0,0	0,0	0,0	0,0	0,58	
Militar/Del. Polícia	1,67	4,00	0,0	0,0	0	0,95	1,01	0,0	0,0	0,0	0,77	
Outros	13,33	8,00	6,45	8,47	7,23	10,48	10,10	8,33	0,0	19,04	9,55	
Professor	5,00	4,00	6,45	16,95	3,61	2,86	6,06	8,33	0,0	4,77	5,84	
Serv. Pub. Fed./Est.	1,67	0,0	3,23	0,0	3,61	4,76	4,04	0,0	0,0	0,0	2,72	
Agrônomo/Veterinário	5,00	0,0	3,23	0,0	0	1,90	2,02	0,0	0,0	0,0	1,55	
Não Informado	1,67	0,0	6,45	13,56	8,43	3,81	12,12	0,0	16,67	19,04	7,99	
Jornalista/Radialista	3,33	4,00	0,0	5,08	0	1,90	2,02	0,0	0,0	4,77	2,33	
Tec. Ag/Elet./Artes Graf.	1,67	0,0	0,0	8,47	1,20	0,0	1,01	8,33	0,0	0,0	1,75	
Contador	0,00	0,0	3,23	0,0	2,41	0,0	1,01	0,0	0,0	0,0	0,77	
Procurador/Serv. Justiça	0,00	0,0	6,45	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,38	
Agricultor	1,67	0,0	0,0	0,0	0	0,95	0,0	0,0	0,0	0,0	0,38	
Agropecuária	0,00	0,0	0,0	0,0	2,41	2,86	2,02	0,0	0,0	0,0	1,36	
Aposentado	0,00	0,0	0,0	1,69	0	0,0	1,01	0,0	0,0	0,0	0,38	
Metalúrgico	0,00	0,0	0,0	6,78	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,77	
Bancário/Economiário	0,00	0,0	0,0	8,47	0	0,0	2,02	0,0	0,0	0,0	1,36	
Sociólogo/Diplomata	0,00	0,0	0,0	1,69	0	0,95	1,01	0,0	5,56	0,0	0,77	
Psicólogo/Assist. Social	0,00	0,0	0,0	0,00	0	0,0	2,02	0,0	0,0	0,0	0,38	
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
TOTAL (N)	(60)	(25)	(31)	(59)	(83)	(105)	(99)	(12)	(18)	(21)	(513)	

Fonte: Estatísticas de Candidatos e Eleições de 1998 (Completo). Votação dos eleitos. Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Sistema Integrado de Estatísticas (Estatística do Eleitorado). Informações fornecidas pelo Setor de Informações Eleitorais e Estatísticas – SIEE (Banco de Dados atualizado em 02/09/2000).

* Partidos de menor expressão política, no Congresso Nacional: PPS, PMN, PSL, PST, PSC, PRONA, PC do B e PL.

CAPITULO 5 – O PSDB visto por ele mesmo.

Este capítulo propor-se-á a discutir o PSDB, sob o viés de seus próprios integrantes. Para tanto, utilizar-se-ão as respostas de 4 entrevistados, integrantes do partido tucano do Rio Grande do Sul.

Dispuseram-se a contribuir com este trabalho os ex-Deputados João G. Lucas Coelho e Hermes Zanetti, o atual Vice-governador do estado gaúcho, Antonio Hohlfeld e a atual Deputada tucana e Presidente do ITV até o final de 2003, Yeda Cruzius.

Antes, porém, da utilização do questionário vejamos o que dizem MARQUES & FLEISCHER, 1999, utilizando o posicionamento de deputados que fizeram parte da fundação do Partido.

Para Anna Maria Rattes e Moema São Thiago, ambos constituintes em 1988, o quadro político brasileiro, após a transição do regime ditatorial de 64 para a abertura democrática de 1985, estava se concretizando com os trabalhos da Constituinte e, portanto, o quadro já era favorável a criação de uma nova sigla partidária. “A certeza do objetivo alcançado e o acirramento dos ânimos entre as correntes que formam o governo precipitam o debate sobre a necessidade e a importância de um novo partido político” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 186).

Na percepção dos dois deputados citados acima, era extremamente necessária a criação de um novo partido, pois em suas análises o PMDB, em momento algum, representou de fato um partido político em sua verdadeira concepção.

O PMDB jamais foi um partido político. Nasceu como frente, cresceu frente, ampliou-se como frente e chegou ao poder, em aliança com outros partidos, numa frente ainda mais ampla (...). Estruturado, ao longo de mais de uma década, para ser oposição aglutinando em torno de sua sigla as correntes que se opunham ao regime militar, o PMDB jamais logrou a elaboração de um PROGRAMA DE GOVERNO. Ao contrário, foi sempre, um partido de BANDEIRAS (...). Por isso, uma vez no governo, o PMDB

viu-se embaraçado nas diferentes linhas do conglomerado ideológico que o forma. Para complicar, é uma espécie de síndico da Aliança Democrática e, portanto, responsável maior pelo governo que aí está. Ora, num quadro desses é absolutamente natural a seqüência de crises na convivência entre tais correntes. Daí o descontentamento do grupo que ora se aglutina e procura, na formação de um novo partido, a saída para a continuação da sua luta. Assim, sem dúvida, a resposta há de ser que, de fato, um novo partido, obedecendo algumas premissas, É NECESSÁRIO. Em primeiro lugar a necessidade agora é de um PARTIDO e não mais de uma FRENTE. A construção de um partido deve ser tarefa de um conjunto de pessoas com um MÍNIMO de homogeneidade de pensamento e compromissos ideológicos. Tal identidade, forçosamente, há de encaminhar para a defesa de um PROJETO NACIONAL (Documento elaborado pelos Deputados citados, no dia 09 de maio de 1988, e distribuído aos prováveis fundadores. O Título do documento nº 1: UM NOVO PARTIDO? PORQUE E COMO CRIÁ-LO. MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 186/87).

Uma vez oficialmente criado o PSDB, o Partido situar-se-ia dentro de uma visão social-democrata “(...) superar as injustiças do capitalismo sem incorrer nos aspectos discutíveis do socialismo” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 189).

Diferente do que pensa a social democracia européia, que contempla uma ingerência total do Estado na economia e, por conseqüência, uma equalização social através de altas taxas de impostos (...) “a social democracia brasileira é ‘desenvolvimentista’, porque sabe que, só com crescimento econômico, incorporação do avanço tecnológico a produção e a organização da sociedade, haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar e maior segurança para o cidadão” (Proposta da social-democracia apresentada à sociedade brasileira, pelo PSDB. Documento nº 2. MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 192).

Na concepção da social-democracia brasileira, o Estado não deve ser mínimo como defendem os “liberais anacrônicos, nem máximo como desejam os populistas e autoritários, mas simplesmente o necessário” (MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 185).

Passados já 15 anos da fundação do PSDB, como os atuais membros do Partido vêem a própria agremiação partidária? Que postura ideológica e quais os

motivos da fundação do PSDB? Estas são algumas das questões que serão respondidas pelos entrevistados ao longo deste capítulo. Outras questões também foram utilizadas, tais como: qual a representatividade social que o partido possui em seus quadros? Os tucanos seriam fiéis as determinações do alto comando partidário? Enfim, como eles definem seu próprio Partido? Vejamos a seguir, o que dizem os integrantes tucanos gaúchos.

Para a atual Deputada Federal do partido, a gaúcha Yeda Crusius, filiada, desde 1989, a sua agremiação possui uma longa ‘pré-história’. Em sua visão, o PSDB surge como partido durante os trabalhos constituintes de 1988. Por outro lado, encontra suas raízes históricas entravadas na luta pelos princípios democráticos e de desenvolvimento econômico com justiça social, originados nos momentos em que o país vivera o regime de exceção/64. Segundo Yeda,

era chegado o momento de construir uma democracia moderna e estável. Para isso, era preciso fortalecer e atualizar a ação política em torno dos princípios que já se encontravam estabelecidos no programa peemedebista, rejeitar as adesões oportunistas e não mais tolerar que membros do partido agissem de forma contrária à ética e aos postulados partidários (Yeda Crusius. Depoimento dado a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

O atual Vice-governador do RS, jornalista Antônio Hohlfeldt, filiado ao PSDB desde 1993, busca as bases de fundação do seu atual partido na social-democracia europeia, mas destaca como momento decisivo para a criação do mesmo, o período da ANC. Momento em que um grupo de políticos, em sua grande maioria, componentes do PMDB decidiram contrapor-se ao chamado “Centrão”.

Na ótica do ex-Constituinte Hermes Zanetti, com ficha no partido desde a sua fundação, o PSDB possui sua origem em quatro grupos políticos: Liberais Progressistas, Democratas Cristãos, Trabalhistas e Socialistas democráticos” (Hermes Zanetti. Depoimento dado a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Para João G. L. Coelho, ex-Professor universitário e também um dos que auxiliaram na construção da última Carta brasileira e, sem dúvida, uma das figuras mais ilustres do PSDB, o partido possui sua origem no final do bipartidarismo brasileiro – ano de 1979 – quando ocorreram as primeiras discussões e negociações em busca da formação de um partido de cunho socialista democrático, semelhantes aos já existentes no continente europeu.

Entretanto, para João Gilberto foi durante os trabalhos Constituintes, que ao retomarem-se novamente as discussões sobre a formação de um partido de cunho social-democrata, o PSDB teria surgido. Os grandes conflitos ideológicos nas votações da futura constituição brasileira trouxeram à tona, antigas divergências de idéias.

Este fator, mais as questões de parlamentarismo versus presidencialismo e do mandato do então Presidente José Sarney (quatro ou cinco anos) levou a um profundo cisma no PMDB. Retornaram as discussões sobre um “novo partido” (segundo semestre de 1987 e primeiro de 1988) envolvendo um forte contingente de peemedebistas e alguns integrantes de outros partidos, mais gente que até então não tivera filiação partidária (...). O PSDB é um partido com compromisso democrático fundamental, reformista, de centro-esquerda, social democrata em sentido amplo. No campo político defende a democracia participativa e parlamentarismo (João G. L. Coelho. Informações dadas em depoimento a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Identificar as camadas sociais que o PSDB representa foi outra questão, que nos propusemos a identificar através deste trabalho. Para isso, vamos nos utilizar, novamente, do questionário já devidamente apresentado.

Para Yeda Crusius, o partido representa o “repúdio ao populismo, ao fisiologismo, e ao totalitarismo”.

Na análise de Antônio Hohlfeldt, o PSDB representa, fundamentalmente, a classe média, ou trabalhador especializado. Acredita ainda o Vice-governador, que é dever do Estado uma intervenção sempre que um interesse se sobreponha demasiadamente aos demais. “A social-democracia e o PSDB, representam, assim,

a idéia pluralista de crenças e práticas políticas, a tolerância e, do ponto de vista prático, a relação equilibrada entre poderes, com ênfase sobre o parlamento, e daí seu viés parlamentarista” (Antônio Hohlfeldt, Informações colhidas em depoimento dado a 05 de dezembro de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Segundo Hermes Zanetti, o partido nascera para representar uma posição social-democrata, buscando, desta forma, equilibrar as forças sociais.

João Gilberto Lucas Coelho acredita ser o PSDB um porta vozes de vários segmentos sociais e, assim, ser um partido pluriclassista. Movimentos sociais, professores, intelectuais e empresários, são alguns “braços” que formam o sustentáculo tucano, diz o ex-congressista.

Em 1994, o PSDB atingiria o seu ápice como Partido político: chegava a presidência da República. Era conduzido ao cargo de Presidente, o ex-Ministro das Relações Exteriores e da Economia brasileira: Fernando Henrique Cardoso. O momento era oportuno para o partido colocar em prática aquilo que havia pregado ao longo da curta história de fundação. As teses sociais-democratas poderiam, a partir de então, aportarem em nosso país. Sobre isto, vamos identificar o pensamento dos entrevistados.

Perguntado a Deputada Yeda Crusius, se o partido, ao chegar no poder em 1994, havia adotado algumas práticas liberalizantes no sentido da economia brasileira. Vejamos a sua resposta:

De lá para cá [desde a fundação do partido] o Brasil evoluiu. Está mudando e, mudando para melhor. Quando o partido foi criado, participávamos com entusiasmo da elaboração da nova Constituição. Consideramos que ela de fato expressou muitas conquistas progressistas. Direitos constituídos foi o primeiro passo. Criar as condições para que sejam honrados, com responsabilidade perante os recursos públicos e eficiência nas políticas econômicas e sociais, o segundo passo (Yeda Crusius, Informações colhidas em depoimento dado a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Para Antonio Hohlfeldt, o PSDB, em nenhum momento, financiara teses liberalizantes. Na ótica do atual Vice-governador do RS, o que o partido fizera foi apenas reforçar suas posições democráticas, na medida em que valorizara o respeito pela pessoa humana. O país estava impregnado de um corporativismo nocivo, que aportava, principalmente no setor público e em monopólios estatais, servindo apenas para emperrarem a máquina pública.

Na verdade, os cidadãos financiavam certos segmentos que iam de funcionários públicos de diferentes escalões, aos administradores de empresas estatais e assemelhados, sempre indicados, segundo, favorecimentos político-partidários, e não de competência técnica em detrimento do interesse real da sociedade. O que o PSDB fez foi quebrar tais tendências, permitindo que a iniciativa privada assumisse suas funções reais, deixando ao Estado aquilo que é de fato fundamental à sociedade: saúde, educação e segurança. O resto é regulação³⁶ (Antonio Hohlfeldt, Informações colhidas em depoimento dado a 05 de dezembro 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Um dos fundadores do PSDB, Hermes Zanetti, acredita que o conjunto de forças políticas que deram sustentação ao governo FHC obrigaram o PSDB a implementar propostas que não faziam parte do programa tucano. “Alarga a base de sustentação, alarga o leque ideológico” (Hermes Zanetti, Informações colhidas em depoimento a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Para João Gilberto Lucas Coelho, o partido apenas seguiu aquilo que está proposto em seus documentos de fundação, ou seja, compromisso com uma profunda reforma no Estado brasileiro. Segundo Coelho, o que existe, na verdade, em nosso país, é uma confusão de idéias (...)

³⁶ “Aliás, esta foi uma idéia-matriz fundamental para o governo FHC: o Estado estabelece as regras, cria uma agência que fiscaliza, e a iniciativa privada realiza as ações, sob a fiscalização de agências constituídas de modo tripartite: representação do Estado, do consumidor e do prestador de serviços. Vale para telefonia, eletricidade, estradas, etc. O fato de funcionar melhor ou pior não tira a validade da idéia. O que ocorre é que na Europa e nos USA estas iniciativas já têm quase um século e não enfrentaram a tradição de corporativismo como aqui, em que as agências são jovens, às vezes desrespeitadas pelo próprio Governo e com pouca credibilidade ainda, além da pressão, quando não do boicote, de organismos corporativistas” (Antonio Hohlfeldt, Informações colhidas em depoimento feito a 05 de janeiro de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

entre os efeitos da globalização (que é uma revolução cultural e industrial que o mundo vive, não teve origem num país ou num organismo e impõe a todos novas necessidades e desafios) e neoliberalismo (que é um movimento ideológico que preconiza a supremacia do mercado e o estado mínimo e se opõe a idéia social-democrata). As medidas ditas liberalizantes, eram fundamentais para que o Brasil superasse crises e se integrasse à ordem internacional em construção (João G. L. Coelho. Informações colhidas em depoimento feito a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Dentro das concepções mais recentes de partido político pode ser considerado, como semelhantes as posições de Hohlfeldt, Yeda Cruzios e Lucas Coelho. Para eles, o partido possui uma boa coesão interna e uma certa flexibilidade política, o que permite aos eleitos, por vezes - desde que não se tornem sistematizadas - até algumas contrariedades no momento do voto. Portanto, em suas análises, as instâncias superiores do partido são devidamente respeitadas.

Hermes Zanetti, por sua vez, tem um posicionamento um pouco diferente em relação aos de seus colegas quanto à disciplina interna do partido. Diz ele:

O PSDB nasceu como um partido de notáveis. Um partido que nasceu de cima para baixo, basicamente a partir do Congresso Nacional. No início, inclusive o comando era rotativo entre as principais lideranças. As decisões têm-se dado em arranjos formulados entre as principais lideranças, amarrando em cadeia, como elos de uma corrente os quadros com representação institucional, quer eletiva ou burocrática (Hermes Zanetti. Informações colhidas em depoimento feito a 01 de junho de 2003, em resposta a Questionário. Porto Alegre).

Por fim, acreditam, os aqui questionados, que a forma com que os futuros fundadores do PSDB comportaram-se política/ideologicamente, durante o processo de votação na Constituinte de 1988, foi a versão que melhor traduziria o pensamento da sociedade brasileira daquele momento. Obviamente, caso existam novas alterações comportamentais da sociedade brasileira, o partido as deve

acompanhar, afirmam, os gaúchos tucanos interpelados nesta entrevista/questionário.

Considerações finais

Após, as pesquisas realizadas, as consultas bibliográficas levantadas e as entrevistas elaboradas, chegou-se a algumas conclusões sobre o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

O primeiro ponto a ser considerado, é o que se entende, realmente, como definição/conceito para “partido” político. Com isso, busca-se, então, enquadrar dentro daquilo que se compreende como correto, o Partido da Social Democracia Brasileira.

Assim, diante do que se conseguiu levantar com os dados utilizados, entende-se (embora os fundadores tucanos tenham pretendido dar outra conotação partidária quando da fundação), segundo nossa percepção, que o PSDB não conseguiu formar-se como um partido classista. Nem tão pouco, ao que podemos visualizar, tenha uma representatividade maior, junto a classes sociais organizadas. Isto não nos deixa dúvida, que apresenta um reflexo direto no tipo de política-partidária desenvolvida pelos peessedebistas.

Os mais de 1/4 da população brasileira que vive abaixo da linha da pobreza, certamente, ainda são menores do que os índices de pessoas desprovidas de conhecimento político/partidário que o país carrega.

Aliás, a situação acima deixa em circunstância delicada os partidos políticos que desdenham do trabalho de base, do trabalho de Comitês de fábrica e do trabalho de organizações de bairro. Diante disso, parece-nos óbvio que sem um bom trabalho de base³⁷, com militantes dispostos e “instruídos” a defenderem propostas programáticas dos partidos, a dificuldade de inserção das idéias pretendidas tornam-se um “Saara” de dificuldades.

No entanto, fica, sob o nosso ponto de vista, perfeitamente perceptível o alto grau de pragmatismo implementado nas decisões e propostas tucanas, distanciando-se, desta forma, das calorosas defesas ideológicas.

³⁷ O Partido possui vinculado próximo ao seu comando partidário a SDS (Social Democracia Sindical), localizada no ABC paulista. No entanto, na nossa maneira de analisar, é um ato quase que insignificante diante do que de fato significa organização de Comitês.

Pôde-se notar, também, durante o desenvolvimento deste trabalho, que o PSDB é baseado, fundamentalmente, em princípios democráticos e pragmáticos, além de apresentar uma enorme preocupação com a reformulação do arcaico Estado brasileiro.

Esta ênfase na reformulação do Estado brasileiro, evidencia-se nos 8 anos (1994-2002) em que o PSDB esteve à frente da nação brasileira. Nesta ocasião, fez prevalecer sempre, em suas proposições sociais-democratas, a intenção de Reformar o Estado, o qual sofre em sua essência estrutural, desde os tempos da colonização portuguesa. A idéia tucana sobre a abrangência do Estado, observa-se na citação: “Nem um estado mínimo, nem um Estado máximo: apenas um Estado necessário”.

Também, ficou-nos claro que o PSDB possui em duas regiões do país, pelo menos até o presente momento, suas maiores representatividades políticas, destacando-se, consideravelmente, as regiões Nordeste e Sudeste.

Após a conclusão deste trabalho, foi verificado um alto grau intelectual dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira. Situação, que, no entanto, ainda não fora suficiente para tornar o Partido tucano um representante classista, fundado em Comitês, sindicatos e associações de bairro, como pretendiam seus fundadores.

Sendo assim, pode-se considerar o PSDB como um partido não personalista, de grandes teóricos políticos, um partido de pessoas altamente capazes, sob o ponto de vista intelectual, um partido que busca conduzir suas propostas programáticas de forma pragmática e não ideológica.

Ao concluir esta pesquisa sobre a vida tucana, é importante salientar a dedicação com que o Partido da Social Democracia Brasileira, vivencia os princípios democráticos, dando, sempre uma ampla atenção à representatividade individual, coletiva e as instituições do país. O fragmento a seguir, enriquece nossa concepção, da importância deste partido na recente vida da democracia brasileira.

Por isso a social-democracia brasileira quer fortalecer e ampliar as múltiplas formas de organização popular – sindicatos, associações profissionais e comunitárias,

movimentos reivindicatórios – e de participação direta – como o plebiscito através dos quais, o cidadão pode compartilhar o exercício do poder. Caráter participativo da democracia defendida pelo PSDB, rompe radicalmente com os modelos autoritários de mudança estrutural que chegaram a influenciar pela via do estatismo até mesmo partidos e regimes social-democráticos europeus (**MARQUES & FLEISCHER, 1999, p. 193**).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENEVIDES, Maria Victória M. “A União Democrática Nacional”. Apud FLEISCHER, David Verge. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Vol. I. Brasília. UNB, 1981.

CHEVALLIER, Jean-Jacques, 1900. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias / Jean-Jaques Chevallier**: prefácio, André Siegfried; trad. Lydia Cristina – 8 ed. /2. impr. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Côrtes; PAIM, Antônio. **Partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil: estudo de caso**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

LeGOFF, Jacques. **Historia: novos objetos**. Trad. Terezinha Marinho, ver. técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1988.

FIELD, G. C. **Teoria Política**. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.

MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David Verge. **PSDB – De facção a partido**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 1998.

OPPO, Ana. “Partidos Políticos” (Verbete). In: Bobbio, *N. et Alii. Dicionário de Política*. Brasília. Ed. UNB, 2ª Ed. 1986, p. 898 – 905.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Ed. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro.

SARTORI, Giovanni. Trad. Waltensir Dutra. **Partidos e sistemas partidários**. Ed. Brasileira ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SIMON, Pedro. **Anos de Transição (Discursos 1979 – 1987)**. Brasília, 2002.

WEBER, Max. **Economia Y Sociedad**. Vol. I. F. de Cultura Econômica, México, 1944.

COLEÇÕES TUCANAS:

- Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários. Vol. I. 3ª Ed. **Manifesto, Programa, Estatuto**. Publicado pela Comissão Executiva Nacional – Diretório Nacional Partido da Social Democracia Brasileira. Brasília. 1990.

- Coleção Tucana. Série – Documentos Partidários. Vol IV. **A Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força**. Brasília. 1989.

- Social Democracia. Ação Parlamentar. Vol I. **Publicação da bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. 2001.

REVISTAS

- Social Democracia Brasileira. **DEMOCRACIA**. Nº 1. 2002. Circulação Bimestral. Ano 1. Ed. ITV.

- Social Democracia Brasileira. **OPOSIÇÃO**. Nº 6. 2003. Ano 2. Circulação Bimestral. Ed. ITV.

- Social Democracia Brasileira. **JUSTIÇA**. Nº 7. 2003. Ano. Circulação Bimestral. Ed. ITV.

FONTES PRIMÁRIAS/ENTREVISTAS

COELHO, João G. L.

2003 – Informações colhidas em depoimento feito com data de 01 de junho, em resposta a Questionário enviado. Porto Alegre.

-Entrevista realizada no Diretório Estadual do PSDB, em 25 de abril de 2003. Porto Alegre-RS.

CRUSIOS, Yeda

2003 – Informações colhidas em depoimento feito com data de 01 de junho, em resposta a Questionário enviado. Porto Alegre.

HOHLFELDT, Antônio

2003 – Informações colhidas em depoimento feito com data de 01 de junho, em resposta a Questionário enviado. Porto Alegre.

ZANETTI, Hermes

2003 – Informações colhidas em depoimento feito com data de 01 de junho, em resposta a Questionário enviado. Porto Alegre.

Endereços eletrônicos:

- <http://www.psdb.org.br/home/index.asp>

- <http://www.senado.gov.br/web/secsdefa/principa.shtml>

- <http://www1.tse.gov.br/>

- <http://www.tre-rs.gov.br/>

- <http://www.psdb.org.br/Partido/itv/>